

Lula e o PT atacam e tentam chantagear quem desembarca da nau petista

MAGNAVITA - PÁGINA 3

Deputados aprovam a urgência do Projeto de Lei da Anistia

Após forte pressão da oposição ao presidente Hugo Motta, a Câmara dos Deputados aprovou o regime de urgência do projeto de lei que concede anistia aos envolvidos nos atos contra as sedes dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023, em Brasília. A medida não aprova o projeto em si, mas permite que o texto seja discutido e votado direto no plenário da Casa, acelerando o processo de tramitação na Câmara. Em uma das sessões mais cheias do plenário da Casa em meses, a urgência da medida foi aprovada na noite desta quarta-feira (17) com 311 votos a favor e 163 contra.

PÁGINA 4



Bruno Spada / Câmara dos Deputados

PEC é atrativa para traficantes em cargos eletivos

TALES FARIA (2) E MOLICA (3)

Senado aprova MP que amplia isenção de conta de luz

PÁGINA 5

China quer ‘virar o jogo’ na Guerra Comercial

PÁGINA 7

Marcelo Camargo/ Agência Brasil

‘Penduricalho’ do TCU será apreciado pela Câmara

Os mais de 80 mil empregadores que estão em débito de recolhimento de depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) de trabalhadoras e trabalhadores domésticos começaram a receber notificações do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para regularizar a situação.

PÁGINA 6

Petrópolis tem mais de 1.3 mil aguardando por cirurgia

Durante audiência na 4ª Vara Cível de Petrópolis, a Prefeitura informou que 1.337 pacientes aguardam na fila para uma cirurgia ortopédica. Desses, 267 no Hospital Santa Teresa, cujo município tem um convênio; e 1.070 no Alcides Carneiro. A audiência é um desdobramento de uma ação do MPRJ.

PÁGINA 12

Estacionamento de shopping vira alvo de queixas em V. Redonda

Os valores cobrados pelo estacionamento no Shopping Park Sul, em Volta Redonda, é motivo de reclamações de visitantes. Muitos preferem usar carros de aplicativo ou pagar uma corrida de táxi por ficar mais barato do que a tarifa do shopping. A superlotação também é outra queixa dos motoristas.

PÁGINA 15



Ministério vai enviar notificações

Patrões devem R\$ 375 milhões de FGTS para domésticas

Os mais de 80 mil empregadores que estão em débito de recolhimento de depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) de trabalhadoras e trabalhadores domésticos começaram a receber notificações do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para regularizar a situação.

PÁGINA 8

Alerj aprova Pacote de Enfrentamento ao Crime

Nesta quarta-feira (17), a Alerj aprovou em discussão única e com regime de urgência o substitutivo do Pacote de Enfrentamento ao Crime (PEC-RJ) com as 12 emendas enviadas pelos parlamentares da Casa. Agora, o PL segue para sanção ou veto do governador Cláudio Castro.

PÁGINA 10

Fórmula E confirma Teste Feminino na temporada

Depois do sucesso da ação em 2024, o Teste Feminino do Campeonato Mundial ABB FIA de Fórmula E foi confirmado para acontecer novamente em 2025. Será em Valência, Espanha, em 31 de outubro. 20 mulheres pilotos da elite global irão pilotar os carros GEN3 Evo das dez equipes oficiais da Fórmula E

PÁGINA 7



Alegorias políticas vitaminam o cinema de terror, assegurando sucessos ao gênero que ressurge na derrocada das tramas de heróis

PÁGINAS 1 E 2



Vilania a dois em releitura da clássica 'Macbeth'

PÁGINA 6



Quintal de Boteco reúne a cozinha de botequim

PÁGINA 7



Lenda japonesa da animação emplaca best-seller

PÁGINA 8

ARISTÓTELES DRUMMOND

Paulo Alonso, um magnífico reitor

PÁGINA 2

JOSÉ APARECIDO MIGUEL

PF mira esquema de corrupção

PÁGINA 2

Tales Faria

PEC é atrativa para traficantes

A aprovação pela Câmara, nesta quarta-feira, 17, da Proposta de Emenda Constitucional apelidada de PEC da Blindagem lançou, entre políticos e juristas, o temor de que o Congresso se torne um elemento de atração para criminosos decidirem se candidatar a cargos eletivos.

Em uma articulação de lideranças do Centrão, a PEC foi aprovada num acordo com governistas e oposição para liberar a pauta de votações.

Como toda emenda constitucional aprovada pelo Congresso, a medida não depende de sanção presidencial.

O texto prevê que parlamentares somente poderão ser processados criminalmente após aval da Câmara ou do Senado, a depender do caso. Também dificulta ordens contra parlamentares na esfera cível, como, por exemplo, os casos de improbidade administrativa.

Estabelece novos limites para prisões e medidas cautelares contra congressistas, que só poderão ser decretadas por ordem do STF.

Todas as autorizações ocorrerão em votações secretas, sem revelar o nome dos parlamentares que apoiaram o acusado de crime.

Entre outras medidas, a PEC ainda estende o foro privilegiado aos presidentes nacionais de partidos que tenham parlamen-

tares eleitos, para que sejam julgados criminalmente apenas pelo STF.

Organizações criminosas, como o Comando Vermelho e o PCC, já têm se interessado por infiltrar candidatos nas eleições pelo interior do país. Com a nova PEC aprovada, o temor é de uma onda de candidatos vindos de organizações desse tipo, como ocorreu na Colômbia.

A década de 1980 na Colômbia foi marcada pelo poder do narcotráfico no país. Um personagem se tornou célebre: chamava-se Pablo Escobar, na época o chefe do maior cartel de drogas do mundo.

Seu patrimônio chegou a algo em torno de US\$ 30 bilhões, o equivalente hoje a cerca de R\$ 165 bilhões. Estimava-se que o traficante se tornou um dos homens mais ricos do mundo, liderando remessas mensais de 70 a 80 toneladas de cocaína da Colômbia para os EUA.

Em 1982, ele decidiu entrar na política. Foi eleito membro suplente da Câmara de Representantes, assumindo um controle até então inimaginável sobre autoridades econômicas e políticas.

Há quem diga que Escobar tornou-se paranoico, enlouqueceu.

O fato é que tanto poder nas mãos do crime transformou o país num verdadeiro cam-

po de guerra. Houve mortes generalizadas de políticos, policiais, juízes e militares, inclusive três candidatos a presidente da República, além do atentado histórico a um voo comercial da Avianca que resultou em 110 mortos.

A situação no país ficou de tal forma incontrolável que as autoridades colombianas só viram uma solução: entregar o poder, na prática, aos Estados Unidos. Com isso, o traficante foi morto e seus comparsas, deportados e julgados nos EUA.

Parte do poder de Escobar era respaldado pelo apoio popular que conseguiu no papel de uma espécie de bem feito de favelas e bairros pobres da Colômbia, que sustentava com seu próprio dinheiro.

Se Escobar e seu grupo tomassem o poder político no Brasil de hoje, nem sequer precisariam gastar seus próprios recursos.

Com domínio da política e do Congresso, os traficantes poderiam distribuir benesses utilizando-se das emendas parlamentares.

Segundo dados divulgados pela Consultoria de Orçamentos do Senado (Conorff), em 2025 devem ser liberados R\$ 46,4 bilhões em emendas cujo destino é decidido pelos parlamentares.

Se já é um poder grande para políticos, imagina quando tomado por traficantes.

Aristóteles Drummond

Um Magnífico Reitor

Uma cirurgia ortopédica afastou de suas inúmeras funções o jurista, jornalista e professor Paulo Alonso, reitor da Universidade Santa Úrsula, do Rio de Janeiro. O lado positivo dos dias recolhido em casa é que pode aferir a dimensão do apreço que fez por merecer de todos que com ele puderam conviver ao longo da carreira e da vida.

Como bem definiu o senador Bernardo Cabral, o membro do Conselho de Notáveis da Confederação Nacional do Comércio e Serviços “é mais do que uma personalidade, é uma instituição”. Seu papel na volta da tradicional universidade, fundada em 1939 e resgatada pelo empreendedor e educador mineiro Ruy Muniz, tem sido relevante. A universidade já é referência entre as do setor privado que atuam na cidade.

Paulo Alonso tem passagem por outras instituições de ensino superior, coroado com

a reitoria de onde se formou em Direito. Completa sua biografia acompanhar a vida pública do Brasil emprestando o prestígio que soube construir a boas causas. O educador tem responsabilidade na formação das novas gerações especialmente nestes tempos em que se tenta de todas as formas fazer dos bancos escolares e acadêmicos plateia para a defesa de ideologias sem compromissos com a liberdade do pensamento.

A educação tem a particularidade de que o fator idealismo e vocação tem a mesma importância que o capital investido. E num país como o nosso acrescenta os riscos envolvidos ao atender às camadas mais modestas da sociedade. A organização mineira que controla a Santa Úrsula foi pioneira em levar o ensino a regiões de baixa renda, como o norte do Estado, abrindo horizontes para milhares de jovens.

O Brasil tem muito a caminhar no preparo de sua mão de obra e na qualificação, que é o caminho natural para a inclusão em patamares superiores, econômicos como culturais, incluindo o setor técnico de nível médio, muito dependente ainda da excelência do Sistema S, uma criação inspirada de Getúlio Vargas, que reconhecia a agilidade e a boa gestão do setor privado.

Prestigiar o ensino privado em áreas decisivas para a elevação da qualidade da vida do brasileiro, como a educação e a saúde, serve à democracia e preserva a liberdade como um bem maior. Não pode coexistir democracia com domínio estatal. Ter opções atende à obtenção de qualidade, preço em todos os setores.

Bonito exemplo o de Paulo Alonso, que nos reporta ao grande Pedro Calmon, com o merecido título de “Magnífico Reitor”.

OUTRAS PÁGINAS NO BRASIL E NO MUNDO

José Aparecido Miguel (*)

Operação da PF – Polícia Federal - mira esquema bilionário de corrupção. Remédios em supermercados?

1-PRESOS POR CORRUPÇÃO SOBRE O MEIO AMBIENTE. A Polícia Federal (PF) e a Controladoria-Geral da União (CGU) estão investigando uma organização criminosa que atua no setor de mineração para fraudar licenças ambientais com pagamento de propina a agentes públicos. A operação, chamada de Rejeito, resultou na prisão de Caio Mario Seabra, diretor da Agência Nacional de Mineração (ANM), e de Rodrigo de Melo Teixeira, ex-diretor da Polícia Federal na Diretoria de Polícia Administrativa. O grupo criminoso, liderado por Alan Cavalcante dos Santos, teria causado lucro de mais de R\$ 1 bilhão explorando ilegalmente minério de ferro em áreas proibidas. A PF investiga também a lavagem de dinheiro e a organização criminosa, com projetos com potencial econômico superior a R\$ 18 bilhões. (...) (O Globo)

Operação da PF – Polícia Federal - mira

esquema bilionário de corrupção e danos ambientais – PF prende um dos diretores de Agência Nacional de Mineração e mais 14. Lorena Barros, Mateus Coutinho e Stel-la Borges Do UOL, em São Paulo e Brasília. A Polícia Federal prendeu preventivamente hoje Caio Mário Trivellato Seabra Filho, um dos diretores da Agência Nacional de Mineração (ANM). Além dele, outras 14 pessoas já foram presas. A operação investiga pessoas suspeitas de participação em um esquema que teria causado lucro de mais de R\$ 1 bilhões. A PF pediu o bloqueio de bens do grupo. Grupo teria corrompido agentes públicos para ganhar autorizações e licenças ambientais para explorar o minério em áreas proibidas. (...) (UOL)

2 - REMÉDIOS EM SUPERMERCADOS - Comissão do Senado aprova venda de remédios em supermercados. Por Kevin

Lima. A Comissão de Assuntos Sociais do Senado aprovou quarta-feira (17) uma proposta que autoriza a venda de medicamentos e a instalação de farmácias dentro de supermercados. Demanda antiga do setor, o texto estabelece regras para o comércio de remédios no varejo, como a criação de espaços separados e a obrigação da presença física de farmacêuticos. Por questões regimentais, o projeto foi submetido a dois turnos de votação. Para os varejistas, além de reagir ao avanço das farmácias sobre o setor, a venda de medicamentos nos supermercados também traz outros benefícios. (...) (O Globo)

(*) José Aparecido Miguel, jornalista, diretor da Mais Comunicação-SP, trabalhou em todos os grandes jornais brasileiro - e em todas as mídias. E-mail: jmigueljb@gmail.com

EDITORIAL

Os serviços pedem regras claras

A rápida expansão do uso de imóveis residenciais para hospedagens de curta temporada, especialmente por meio de plataformas digitais, tem gerado preocupação em diversas cidades. A prática cresceu de forma desordenada, sem regras específicas, e passou a impactar diretamente a convivência em condomínios, o equilíbrio com o setor da hotelaria tradicional e a segurança jurídica de todos os envolvidos.

Enquanto hotéis e pousadas cumprem exigências rígidas de licenciamento, segurança, higiene e fiscalização, muitos imóveis oferecidos por temporada operam fora desses parâmetros. Isso cria um ambiente de concorrência desigual, fragiliza a proteção do consumidor e compromete o bom funcionamento de áreas essencialmente residenciais.

Em São Roque, no interior de São Paulo, a Câmara Municipal aprovou um importante avanço legislativo. O vereador Diego Costa apresentou o Projeto de Lei nº 02/2025-L, que estabelece diretrizes claras para o uso de imóveis em condomínios residenciais como hospedagem por plataformas digitais. Entre os pontos previstos, estão a obrigatoriedade de informar o condomínio sobre a hospedagem, o respeito às regras internas e a aplicação de multa de R\$ 1.500 por dia em caso de descumprimento. O projeto também responsabiliza solidariamente o

proprietário e a plataforma que intermediar a locação.

Na cidade do Rio de Janeiro, a Câmara Municipal também discute o tema. O Projeto de Lei 107/2025 propõe a regulamentação dessa modalidade de hospedagem, com exigências como alvará de funcionamento, licença sanitária, cadastro como prestador de serviço turístico e respeito ao zoneamento urbano. A proposta busca organizar a atividade, garantir a fiscalização e proteger tanto moradores quanto visitantes.

O objetivo da regulamentação não é impedir ou dificultar o uso dos imóveis, mas sim estabelecer padrões mínimos de segurança, higiene, transparência e responsabilidade. É o mesmo que já se exige da hotelaria, um setor comprometido com a qualidade e com o desenvolvimento do turismo de forma sustentável.

A falta de regras claras favorece abusos, dificulta a fiscalização e enfraquece a relação de confiança entre os diversos atores envolvidos. Padronizar é proteger. Criar normas é garantir que todos joguem com as mesmas regras, em benefício da cidade, dos moradores, dos visitantes e da atividade turística como um todo.

É essencial que os legislativos municipais avancem nesse debate, estabelecendo uma base legal que traga equilíbrio, organização e responsabilidade para esse tipo de serviço.

Dados materializados em tragédias

O Brasil enfrenta um dos maiores desafios de sua história, que não é apenas ambiental, mas também social e econômico. A crise climática, que já atinge milhões de brasileiros, tem revelado uma realidade alarmante: 2.801 dos 5.570 municípios do país estão em situação de alta ou muito alta vulnerabilidade climática.

Este dado representa vidas, territórios e sonhos expostos aos riscos de desastres ambientais que se tornam cada vez mais frequentes e devastadores. E, para enfrentar essa situação, é preciso entender que a resposta vai além da reação imediata a desastres; é necessário um movimento profundo de transformação, que envolva justiça

social, planejamento urbano e soluções sustentáveis.

O Brasil, em um cenário de crescente instabilidade social e ambiental, viu o número de eventos climáticos extremos triplicar desde os anos 1990, com prejuízos que já somam R\$ 132 bilhões nesta década.

Em 2023, o país se destacou negativamente ao registrar o maior número de deslocamentos internos por desastres nas Américas, afetando 745 mil pessoas.

São cenas de desabrigados, favelas alagadas e vidas interrompidas que, por mais chocantes que sejam, são resultado da interação entre os desastres climáticos e a vulnerabilidade de um território mal planejado e desigual.

Opinião do leitor

Aula de Direito

Durante 14 horas o Ministro Luiz Fux expõe de uma maneira didática e sem deboches , a sua real compreensão sobre o ocorrido no dia 8 de janeiro de 2023. Que bom que ainda estejamos numa Democracia, onde as opiniões devem ser respeitadas.

Luiz Felipe Schittini
Rio de Janeiro - Rio de Janeiro

O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA * POR BARROS MIRANDA



HÁ 95 ANOS: FASCISTAS E COMUNISTAS LIDERAM NA ALEMANHA

As principais notícias do Correio da Manhã em 18 de setembro de 1930 foram: Junta do governo provisório argentino acusa o antigo ministro da Fazenda de enriquecimento ilícito. Eleições na Alemanha ocorreram com conflitos em alguns locais de votação; boca de urna coloca fascistas e comunistas na liderança do parlamento. França e Itália negociam tratados navais. Dom Sebastião Lema vai para incursão em Londres.

HÁ 75 ANOS: BRIGADEIRO LEVA 50 MIL EM COMÍCIO EM FORTALEZA

As principais notícias do Correio da Manhã em 18 de setembro de 1950 foram: Em incursão no Nordeste, Eduardo Gomes leva 50 mil pessoas para comício em Fortaleza. TRE-SP nega candidatura de Adhemar de Barros ao Senado; político vai recorrer no TSE. Altera-

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929)
Paulo Bittencourt (1929-1963)
Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Patrick Bertholdo (Diretor Geral)
patrickbertholdo@correiodamanha.net.br

Cláudio Magnavita (Diretor de Redação)
redacao@jornalcorreiodamanha.com.br

Redação: Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro e Rafael Lima

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação) e Thiago Ladeira

Telefones (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452
Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057
Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-202
www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.

Nota de Esclarecimento da SSOil Energy

■ Como é praxe da nossa norma editorial, publicamos na íntegra o pedido de esclarecimento da empresa SSOil em relação a Nota de Redação publicada no último dia 16 de setembro, nesta coluna. O Correio da Manhã prima pelo respeito ao contraditório, não editando os pedidos de resposta que são veiculados com o seu inteiro teor:

“Em relação à “Nota da Redação” publicada pelo Correio da Manhã em 16 de setembro de 2025, a SSOil Energy S/A vem a público prestar os seguintes esclarecimentos, em nome da transparência e da verdade dos fatos:

A SSOil reitera o que foi afirmado em sua nota de repúdio anterior: a empresa não possui e nunca possuiu qualquer tipo de relação empresarial, comercial ou de qualquer outro cunho com o Sr. Mohamad Hussein Mourad. A relação comercial com a empresa Terrana foi encerrada em janeiro de 2025, tão logo a SSOil tomou conhecimento da mudança em seu quadro de administração, com a devida comunicação à ANP.

A SSOil Energy, desde o início de suas operações, pauta sua atuação pelo mais absoluto rigor ético e legal. A empresa mantém um robusto programa de compliance, que rege todas as suas relações comerciais. Ao longo de sua trajetória, a companhia já comercializou produtos para cerca de 100 clientes, sendo que todos, sem exceção, possuem as devidas autorizações da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e demais órgãos competentes para operar.

É imperativo esclarecer que cada um desses parceiros comerciais foi submetido a um criterioso processo de verificação de compliance, que inclui a análise de suas estruturas societárias e histórico. No que tange às empresas Petroworld e Rede Sol, citadas na referida nota, a SSOil confirma que manteve relações comerciais pontuais com ambas. Contudo, reitera que, no momento da realização de seus processos de diligência prévia, não foi constatado qualquer indício de ligação de tais empresas com o grupo Copape ou quaisquer outras organizações investigadas por práticas ilícitas.

Cabe destacar que as vendas realizadas pela SSOil para essas empresas representaram volumes insignificantes, correspondendo a menos de 2% do total das vendas. Dados públicos disponíveis no sistema da ANP comprovam que essas distribuidoras adquirem a esmagadora maioria de seus volumes junto a outros fornecedores, incluindo as principais empresas do setor. A título de exemplo, os registros oficiais da ANP demonstram que a Vibra forneceu para a Rede Sol em 2025, assim como possivelmente a Petrobras e outras grandes refinarias e importadoras também mantêm relações comerciais com essas empresas, conforme é prática usual no mercado de combustíveis brasileiro. Vale lem-

brar que segundo as informações publicadas pela mídia após a operação Carbono Oculto, tais empresas são inclusive fornecedoras de importantes entes públicos, incluindo a Força Aérea Brasileira, ficando claro que não havia qualquer tipo de registro público que pudesse justificar a não comercialização junto às mesmas.

É fundamental esclarecer que a existência de transações comerciais pretéritas e pontuais com empresas que posteriormente vieram a ser investigadas não configura, em absoluto, qualquer tipo de “ligação” com esquemas fraudulentos ou participação em organizações criminosas.

A retórica maliciosa empregada pelo veículo de comunicação, ao deliberadamente equiparar “fornecimento” a “ligações”, constitui uma manipulação semântica grosseira que induz o leitor ao gravíssimo erro de confundir atividade comercial legítima com culpabilidade criminosa. No mercado de combustíveis brasileiro, caracterizado pela concentração de poucos fornecedores e distribuidores, é não apenas comum, mas inevitável, que refinarias idôneas mantenham relações comerciais com empresas que, no futuro, possam vir a ser objeto de investigações por condutas que eram absolutamente desconhecidas à época das transações. Pretender que uma empresa possua capacidade premonitória para antecipar investigações futuras ou que seja responsável por atos ilícitos praticados por seus clientes, dos quais não tinha conhecimento, é exigir o impossível e inverter completamente a lógica da responsabilidade civil e penal.

A SSOIL, assim como outras grandes empresas do setor, incluindo Petrobras e Vibra, forneceu produtos a distribuidoras devidamente autorizadas pela ANP, que inclusive prestavam serviços a órgãos públicos como a Força Aérea Brasileira, demonstrando que não havia, à época, qualquer indício público que justificasse suspeitas sobre a idoneidade dessas empresas. Transformar essa realidade comercial em “ligações criminosas” é um exercício de má-fé jornalística que visa deliberadamente confundir o público e perpetuar uma narrativa caluniosa, ignorando que fornecimento comercial pontual e participação em esquema criminoso são conceitos jurídicos e factualmente distintos e incompatíveis.

A companhia reforça seu total apoio às operações das autoridades competentes que visam coibir a atuação do crime organizado no setor de combustíveis e se coloca à inteira disposição para colaborar com as investigações, fornecendo toda a documentação necessária para o pleno esclarecimento dos fatos.

A SSOil não irá tolerar qualquer tentativa de macular sua reputação e continuará a tomar todas as medidas cabíveis, nas esferas cível e criminal, para defender sua integridade e seu compromisso com a ética e a legalidade. SSOil Energy S/A”



Foto em família. A anfitriã Soraya Lambert com Luiza Lambert e Juliana Lambert



Fotos J. Mantovani

A autora Soraya Lambert com Edith Vasconcellos e Fernando Martinez

Prestigiado lançamento na Livraria Travessa do Iguatemi SP

A Livraria da Travessa, no Shopping Iguatemi da Faria Lima, em São Paulo, foi palco de um prestigiado evento na última terça-feira, 16 de setembro: o lançamento do livro “Plataformas Digitais e Direito do Trabalho”, de Soraya Galassi Lambert, publicado pela Editora Mizuno. A autora, juíza do trabalho, mestre em Direito do Trabalho e especialista em Economia do Trabalho, analisa os impactos jurídicos e sociais da ascensão das plataformas digitais e reflete sobre os desafios de conciliar inovação tecnológica, eficiência produtiva e garantias trabalhistas.



Thomaz Werneck e Fernanda Baracat prestigiando a autora Soraya Lambert

PINGA-FOGO

■ OS ATAQUES DO PLANALTO AOS NEO-ADVERSÁRIOS - Foi só o Centrão começar a desembarcar do governo Lula para iniciar um jogo de estica e estica, para tentar coagir ou domesticar os voos solos de despedida do apoio ao PT. O clima da teoria da conspiração começa com o vazamento para a mídia de estimação de notícias, para atingir dirigentes partidários e ocupantes das mesas no Parlamento.

■ Depois do deputado Hugo Motta, presidente da Câmara, que teve requentado antigas denúncias oriundas da sua base eleitoral na Paraíba, e do senador Ciro Nogueira, vendo suas amizades criminalizadas neste estica/estica, chegou a vez do presidente da Federação e do União Brasil, Antônio Rueda, receber pedradas palacianas. A tentativa de fazer alusões a passageiros que utilizam aviões fretados, seria semelhante a dizer que beltrano é bandido por ter utilizado o mesmo avião de ciclano da Latam para ir a Paris, mesmo que seja em dias diferentes.

■ Se o bolsonarismo é acusado de usar a ABIN ou a Polícia Federal politicamente, o que dizer sobre o que está ocorrendo agora? Por que ninguém aponta o dedo para o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, que é usado como garoto propaganda da caneta emagrecedora da EMS, que vai ser in-

cluída na compra do SUS? Ou do próprio Lula que usou e abusou do Jato do Júnior da Amil, que consegue nomear um preposto seu para a Agência Nacional de Saúde - ANS de forma escancarada? Ou ainda, o dono de um site que se transveste de paladino da justiça, apesar da sua folha corrida, que infestou Brasília com centenas de painéis de LED, denunciado pelo MP por uma relação obscura com o DER-DF, denúncia acatada pela justiça que barrou a proliferação de totens, liberado por uma estranha decisão de segunda instância que até hoje está engavetada?

■ As técnicas de pressão e artilharia contra amigos que viram neo-adversários fazem parte dos cursinhos de aparelhamento do estado feitos em Cuba por 50 anos. Para os amigos palacianos, tudo; para os adversários, as fake-news e o jogo de estica/estica são as regras da política de bastidor do Palácio do Planalto.

■ FIRJAN CRITICA MANUTENÇÃO DE JUROS ELEVADOS - A decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) de manter a taxa básica de juros já era esperada pela Firjan. No entanto, ela aprofunda os desafios enfrentados pela indústria nacional, que acumula quatro meses consecutivos sem crescimento na produção.

■ O atual patamar de juros revela uma preocupante e persistente falta de confiança na indústria brasileira, que já dura nove meses. Esse cenário limita a realização de investimentos, que, hoje, representam apenas 16,8% do PIB — um nível insuficiente para atender às necessidades de desenvolvimento do país e muito abaixo dos padrões internacionais.

■ Embora tenha havido uma melhora recente na dinâmica inflacionária — sustentada pela valorização do real e pela moderação nos preços das commodities, a manutenção de juros elevados não pode ser o único instrumento para conduzir a inflação à meta. A política monetária, por si só, não é capaz de garantir estabilidade econômica sem o suporte de uma política fiscal responsável e crível.

■ A Firjan alerta que a sustentabilidade da dívida pública exige uma reforma estrutural ampla, capaz de conter o crescimento acelerado da dívida e de desengessar o orçamento federal, hoje comprometido por mais de 90% de despesas obrigatórias. O país precisa de um ambiente macroeconômico mais favorável, com previsibilidade, confiança e espaço para o investimento privado.

Fernando Molica

Qualquer um de nós pode ser a próxima vítima da PEC

Aprovada na marra pela Câmara, a PEC da Impunidade, se for ratificada pelo Senado, permitirá que 594 brasileiros — os senadores e deputados federais — possam ficar impunes caso nos matem, estuprem, assaltem, sequestrem, cometam qualquer tipo de crime.

Para que sejam processados será necessário haver autorização da respectiva Casa parlamentar do suspeito, Senado ou Câmara.

Ontem, na Câmara, com a aquiescência do presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), bancadas do PL, PP, União Brasil, Republicanos, MDB, PSDB, Avante e Podemos chegaram ao ponto de apresentar emenda para reverter algo que havia sido decidido na noite de terça. Com a manobra — na prática, um

inusitado terceiro turno de votação — restabeleceram o voto secreto para autorizar a manutenção de prisão de colegas presos em flagrante ao cometer crimes inafiançáveis. A lista inclui homicídio, estupro, roubo seguido de morte, sequestro, tráfico de drogas e racismo.

Vale ressaltar para que não haja dúvidas: caso o Senado reitere o que foi aprovado pela Câmara, um deputado federal ou senador que seja flagrado cometendo crimes como esses poderá ser libertado por seus pares, e estes tomarão esta decisão sem que sejam identificados, sem deixar digitais.

A PEC cria uma clara divisão entre brasileiros, estabelece uma casta que fica, na prática, acima da lei. Contraria uma norma fundamental da Constituição, a de que todos somos iguais.

Afinal, pela proposta de emenda, a eventual punição de parlamentares dependerá de permissão de seus pares, alguns deles suspeitos de praticarem os mesmos crimes dos colegas, ilícitos relacionados, principalmente, ao eventual desvio de recursos públicos.

Alguém aí acha que um parlamentar enrolado com aplicação irregular de recursos oriundos de emendas ao orçamento vai permitir que um colega responda pelo mesmo crime? Vai fornecer para o Ministério Público e a Justiça a mesma corda que, no futuro, poderá ser colocada em torno de seu próprio pescoço?

Apesar de ter recebido votos favoráveis de alguns parlamentares de esquerda e com a omissão declarada do governo, a PEC foi bancada, principalmente, pelo PL e pelos partidos

do Centrão, que se disseram vítimas de uma perseguição judicial.

Tentaram assim pegar carona na polarização que divide o país para ideologizar algo que não diz respeito a preferências pela esquerda ou pela direita.

Qualquer cidadão, petista, bolsonarista ou nem-nem, pode ser vítima de um crime cometido por parlamentar. Bandidos não costumam perguntar a suas vítimas se elas são de direita ou de esquerda antes de assaltá-las, estuprá-las ou assassiná-las. O desvio de recursos de uma emenda parlamentar destinada a obras é prejudicial a todos os moradores de um município.

Ao dificultar a punição de parlamentares, a PEC estimula a banditagem e abre caminhos para que organizações criminosas invistam ainda mais na eleição de seus integrantes para a

Câmara e o Senado, uma cadeira nessas casas vai valer muito, será uma quase garantia de impunidade.

Ao estabelecer que caberá apenas ao Supremo Tribunal Federal julgar parlamentares, a emenda passa a impedir que esses políticos respondam a processos cíveis como os de improbidade administrativa, que hoje correm em instâncias inferiores. Estabelece nova barreira para a punição de corruptos.

É do interesse da sociedade que parlamentares tenham prerrogativas relacionadas ao exercício dos mandatos que lhes concedemos. Eles, em tese, falam em nome de seus eleitores. Mas esse direito, fundamental numa democracia, não pode ser confundido com a concessão de passe livre para cometimento de crimes.

CORREIO POLÍTICO

Câmara aprova urgência para anistia para atos de 8/1

Proposta divide plenário; relator será designado nesta quinta-feira

Por Karoline Cavalcante

A Câmara dos Deputados aprovou, na noite desta quarta-feira (17), por 311 votos a favor, 163 contra e sete abstenções, o requerimento de urgência para o Projeto de Lei (PL 2162/2023), que trata da concessão de anistia aos envolvidos nos ataques do dia 8 de janeiro de 2023 — quando manifestantes invadiram e depredaram as sedes dos Três Poderes, em Brasília. A aprovação acelera o processo legislativo, permitindo que o texto seja votado diretamente no plenário, sem a necessidade de análise prévia pelas comissões da Casa.

O projeto, apresentado pelo deputado Marcelo Crivella (Republicanos-RJ), determina o perdão a “todos os que participaram de manifestações com motivação política e/ou eleitoral, ou as apoiaram, por quaisquer meios, inclusive contribuições, doações, apoio logístico ou prestação de serviços e publicações em mídias sociais e plataformas, entre o dia 30 de outubro de 2022 e o dia de entrada em vigor da Lei”.

Ao abrir a sessão, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), destacou que o debate busca a pacificação do país, uma vez que o Brasil enfrenta um cenário de polarização política crescente. Motta afirmou que a missão da presidência é garantir o diálogo democrático no plenário, sem impor uma única verdade, e que o foco deve ser o restabelecimento da estabilidade e da ordem institucional.

Pacificação

“O Brasil precisa de pacificação. Não se trata de apagar o passado, mas de permitir que o presente seja reconciliado e o



Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Câmara aprovou urgência com ampla maioria, 311 votos favoráveis

futuro construído em bases de diálogo e respeito. Há temas urgentes à frente e o país precisa andar. Temos na Casa visões distintas e interesses divergentes sobre os acontecimentos de 8 de janeiro de 2023”, afirmou ao fim da votação. “É no Plenário que ideias se enfrentam, divergências se encontram e a democracia pulsa com força total”, completou Motta.

O presidente da Casa Baixa também anunciou que um novo relator será designado para elaborar um texto substitutivo que possa encontrar o apoio da maioria dos deputados. Isso se deve ao fato de que o projeto de Crivella, embora tenha sido usado para acelerar a votação, ainda está sujeito a modificações.

A proposta de Crivella, em sua versão original, abrange crimes políticos e eleitorais, bem como infrações definidas pelo Código Penal, desde que estejam relacionadas a manifestações políticas.

Entretanto, líderes políticos já indicaram que o texto final pode sofrer alterações significativas.

Debate

Em meio à condenação do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) — que está em prisão domiciliar preventiva enquanto aguarda o período de recursos do processo, que o sentenciou a 27 anos e três meses de prisão — e dos outros sete integrantes do chamado “Núcleo Crucial” da tentativa de golpe de Estado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a questão de incluí-los ou não na amplitude da proposta gerou intenso debate no plenário. Enquanto membros parlamentares alinhados ao governo criticam qualquer medida que alivie as penas dos envolvidos na trama golpista, a ala oposicionista vê a medida como uma forma de restabelecer a ordem e promover a reconciliação nacional.

Para os deputados de esquerda, a proposta é um golpe contra

a democracia. O líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ), foi enfático ao afirmar que aprovar a anistia seria uma forma de legitimar um golpe de Estado. “Hoje é um dia de vergonha do Parlamento, em que ele se abraça à covardia. Está faltando postura e atitude firme”, criticou.

Do outro lado, parlamentares do campo oposicionista, como o líder do PL, Sóstenes Cavalcante (RJ), argumentaram que a anistia é necessária para curar as feridas políticas do país e reduzir a tensão social. Cavalcante destacou que muitos dos condenados, com penas de até 17 anos, não merecem um castigo tão severo.

Com a aprovação da urgência, a tramitação do PL 2162/2023 seguirá para o plenário, onde o debate sobre o texto final será intensificado. A definição de um novo relator, previsto para ser indicado por Motta nesta quinta-feira (18), será crucial para determinar os rumos da proposta.

Lula sanciona lei para proteger crianças na internet

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou nesta quarta-feira (17), em cerimônia no Palácio do Planalto, a lei que protege crianças e adolescentes no ambiente digital, como redes sociais, aplicativos e jogos eletrônicos.

A proposta foi aprovada pelo Congresso Nacional no fim do mês passado e ficou conhecida como ECA Digital, em alusão ao Estatuto da Criança e do

Adolescente.

Uma das novidades da lei é a previsão de que a fiscalização e punição sejam feitas por uma autoridade nacional autônoma, entidade da administração pública que será responsável por zelar, editar regulamentos e procedimentos e fiscalizar o cumprimento da nova legislação por partes das empresas de tecnologias digitais, incluindo redes sociais.

O texto

O texto obriga as plataformas digitais a tomarem medidas “razoáveis” para prevenir riscos de menores acessarem conteúdos ilegais ou impróprios para suas faixas etárias, como exploração e abuso sexual, violência, intimidação, assédio, divulgação de jogos de azar, dentre outros crimes.

Supervisão

Além disso, a lei prevê regras para supervisão dos pais e responsáveis e exige mecanismos mais confiáveis para verificação da idade dos usuários de redes sociais, o que atualmente é feito basicamente por autodeclaração. A norma ainda disciplina o uso de publicidade.



Geraldo Magela/Agência Senado

Presidente da CCJ e relatores do PLP no Congresso

CCJ do Senado aprova PLP que regulamenta tributária

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou, nesta quarta-feira (17), o texto do segundo projeto de lei complementar que regulamenta a reforma tributária do consumo (PLP 108/2024). O substituto é do relator da medida na Casa, senador Eduardo Braga (MDB-AM).

Enquanto a Lei Complementar nº 214/2025 imple-

menta os novos impostos IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e o Imposto Seletivo (IS), o PLP 108 cria o Comitê Gestor do IBS, responsável por coordenar a distribuição do novo tributo entre estados e municípios. O governo quer sancionar a medida ainda neste ano para que a transição comece em 2026.

Urgência

Com a aprovação na CCJ, o projeto atualizado segue agora para apreciação em caráter de urgência (ou seja, sem precisar ser aprovado em demais comissões) no plenário da Casa. Para ser aprovado, a medida precisará de 41 votos dos 81 senadores, maioria absoluta da Casa.

Mudanças

Dentre os pontos previstos no relatório aprovado, está prevista a fixação gradual das alíquotas para bebidas açucaradas. “O texto inclui taxistas, mototaxistas e frentistas na categoria de microempreendedores individuais, visando simplificar o acesso a benefícios e obrigações fiscais”, diz.

Contribuições

O relator da medida acolheu 96 das 149 emendas apresentadas à matéria. A versão final do relatório contou com contribuições das secretarias de finanças estaduais e municipais. As contribuições dos setores produtivos já haviam sido contemplados em regulamentação anterior.

Infrações

“Nós estamos fazendo uma reforma para o benefício da economia brasileira na competitividade, na segurança jurídica, na transparência em uma série de questões”, reiterou Eduardo Braga. O substitutivo ainda unifica as regras para infrações ao IBS e à CBS.

Ex-assessor do TSE acusa Moraes de perseguição política

Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Por Karoline Cavalcante

Durante seu depoimento à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, nesta quarta-feira (17), o ex-assessor do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Eduardo Tagliaferro, fez duras acusações contra o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. Tagliaferro — que chefiou a Assessoria Especial de Enfrentamento à Desinformação no TSE durante a presidência de Moraes na Corte —, afirmou que houve um direcionamento no monitoramento de redes sociais durante as eleições de 2022, especialmente em relação a figuras políticas associadas à direita.

De acordo com Tagliaferro, as solicitações de vigilância partiam diretamente do gabinete do ministro. Entre os principais alvos, estava a deputada federal licenciada Carla Zambelli (PL-SP), com o envio de relatórios semanais sobre suas publicações nas redes sociais diretamente ao magistrado. O ex-assessor afirmou que o objetivo era uma “intenção persecutória” contra Zambelli, destacando que, em conversas de WhatsApp, membros da equipe de Moraes chegaram a dizer: “Vamos pegar ela”.

Denúncias

Além disso, ele também acusou o ex-presidente da Cor-



Depoimento foi prestado por videoconferência, da Itália

te de manipulação de provas para justificar operações da Polícia Federal (PF). Segundo Eduardo, um documento foi alterado retroativamente para fazer parecer que havia sido produzido antes de uma operação policial. De acordo com os metadados apresentados, a petição foi gerada em 28 de agosto de 2022, mas foi inserida no processo com data de 22 de agosto. Moraes, por sua vez, negou as acusações e afirmou que todas as investigações seguiram os procedimentos legais.

O ex-assessor também revelou que autoridades dos Estados Unidos o procuraram para entregar as provas que ele possui sobre as alegadas irregularidades. Tagliaferro destacou que, embora tenha agido de

forma independente durante sua passagem pelo TSE, estava sob intensa pressão interna. “Não tenho lado político. Enquanto eu tiver vida e liberdade, vou denunciar onde eu puder”, disse. A revelação levou o deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS) a questionar se ele buscaria novamente a colaboração de autoridades estrangeiras.

Tagliaferro — que é investigado pelo vazamento de conversas de WhatsApp entre servidores ligados ao gabinete de Moraes e membros do TSE —, afirmou que o ministro sabia de detalhes íntimos de sua vida e que se sentiu pressionado durante seu tempo no tribunal. Ele declarou ter pedido exoneração várias vezes, mas afirmou que seus pedidos foram ignorados.

Zambelli

A defesa de Zambelli indicou Tagliaferro como testemunha para ampliar a argumentação no processo de perda de mandato, que visa esclarecer pontos controversos. A deputada, presa em Roma desde 29 de julho, enfrenta a prisão preventiva enquanto aguarda a decisão sobre sua extradição. Ela foi condenada a dez anos de prisão por articular a invasão do sistema do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que também decidiu pela perda de seu mandato, mas a medida depende de deliberação da Casa Baixa. O processo começa pela CCJ, que emite um parecer a ser analisado posteriormente pelo plenário. Para a cassação se concretizar, são necessários ao menos 257 votos favoráveis — maioria absoluta.

Na semana passada, a CCJ ouviu o hacker Walter Delgatti Neto — condenado no mesmo caso — como testemunha. Preso em Tremembé (SP), ele reafirmou que foi orientado por Zambelli a invadir o sistema do CNJ, acrescentando que a deputada solicitou que ele inserisse um falso mandato de prisão contra o ministro do STF Alexandre de Moraes. A parlamentar, que também participou por videoconferência, negou as acusações e tentou desqualificar o depoimento do hacker, questionando sua sanidade mental e chamando-o de “mitomaniaco”.

Congresso aprova MP que amplia isenção de conta de luz

Medida vale para famílias do CadÚnico que gastam até 80 kWh

Por Gabriela Gallo

O Congresso Nacional aprovou a Medida Provisória (MP) nº 1300/2025 que isenta do pagamento da conta de luz para famílias de baixa renda que consomem até 80 quilowatts-hora por mês. A medida foi discutida e aprovada tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal nesta quarta-feira (17), o último dia que o poder Legislativo tinha para aprovar a medida provisória antes dela caducar – ou seja, não iria mais surtir efeito. A Câmara dos Deputados aprovou o texto com 352 votos favoráveis e 93 contrários e o Senado Federal, que discutiu e votou a medida a toque de caixa, aprovou a medida com 49 votos a favor, 3 contrários e 3 abstenções. A MP segue para sanção presidencial.

Primeiro o texto foi discutido por horas no plenário da Câmara dos Deputados. Após os deputados federais aprovarem a medida, a medida seguiu direto para o plenário do Senado Federal, que foi aprovado no mesmo dia para impedir que o texto caducasse. A sessão no plenário do Senado começou a discutir a MP após às 19h e terminou por volta das 21h, em uma sessão relativamente rápida, conduzida pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP).

Protocolada pelo governo federal, a medida provisória concede o benefício de gratuidade total da conta de luz a 4,5 milhões de famílias. Segundo o Ministério de Minas e Energia (MME), ao todo, 115 milhões de consumidores serão benefi-



Marcelo Camargo/Agência Brasil

Congresso aprovou MP no último dia antes da medida caducar

ciados pela gratuidade ou pela redução da conta de luz.

A MP foi criada após o Congresso Nacional derrubar os vetos presidenciais no Marco Regulatório de Energia Offshore – conjunto de normas que estabelece as regras para a geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas instaladas no mar (offshore) no Brasil. Devido a uma série de “jabutis” (que são dispositivos e emendas inseridos no projeto original) incluídos na proposta. Dentre elas, estava os incentivos para fontes termelétricas a carvão e gás natural, que fontes mais caras em comparação com a energia eólica e, consequentemente, aumenta a conta de luz repassada ao consumidor.

A Medida

O texto aprovado garante isenção total da conta de luz para famílias de baixa renda inscritas no Cadastro Único para

Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), desde que o consumo dessas famílias seja de até 80 quilowatts-hora (kWh) por mês. Acima desse consumo, não haverá desconto para as famílias. Atualmente, a tarifa social concede descontos parciais — entre 10% e 65% — para consumo mensal de até 220 kWh.

Para além das famílias cadastradas no CadÚnico, podem ser beneficiários da Tarifa Social de Energia Elétrica: idosos com 65 anos ou mais (ou pessoas com deficiência) que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e estão no CadÚnico; família inscrita no CadÚnico com renda mensal de até três salários-mínimos, que tenha pessoa com doença ou deficiência cujo tratamento, procedimento médico ou terapêutico requeira o uso continuado de aparelhos,

equipamentos ou instrumentos que consomem energia elétrica. Além disso, também serão contempladas famílias atendidas em sistemas isolados da região Norte e famílias indígenas e quilombolas inscritas no CadÚnico, cujo consumo mensal seja de até 80 kWh/mês.

Todavia, vale destacar que poderão ser cobrados na fatura os custos não associados à energia consumida, como a contribuição de iluminação pública ou o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), de acordo com legislação específica do estado ou município onde a família contemplada residir.

Como a isenção cheia passa a beneficiar mais pessoas, a diferença será coberta por todos os outros consumidores com encargo da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) incidente na fatura de energia.

Bolsonaro é diagnosticado com câncer de pele inicial

Por Jorge Vasconcellos e Gabriela Gallo

Exames realizados no ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) identificaram duas lesões compatíveis com câncer de pele. A informação foi passada aos jornalistas, nesta quarta-feira (17), pelo médico Claudio Birolini, chefe da equipe cirúrgica que acompanha o político.

O médico concedeu entrevista logo após Bolsonaro deixar o Hospital DF Star, em Brasília, onde havia sido internado na tarde de ontem depois de apresentar crises de soluço, vômito e pressão baixa. Ele passou a noite de terça (16) para quarta sob observação.

No último domingo (14), o ex-presidente passou por um procedimento médico para remover oito lesões de pele. Um laudo feito com o material biológico indicou a “presença de carcinoma de células escamosas ‘in situ’, em duas das oito lesões removidas”, diz boletim médico divulgado na quarta-feira.

“Duas das lesões vieram positivas para o carcinoma de células escamosas, que não é nem o mais bonzinho e nem o mais agressivo, mas, ainda assim, é um câncer de pele”, disse Claudio Biroloni, explicando que as lesões – localizadas no tórax e em um dos braços do ex-presidente – são “precoces” e “demanda apenas de avaliação periódica”. O tipo de câncer de pele de “células escamosas” identificado em Bolsonaro é o “carcinoma espinocelular”.

“O que ele vai ter que fazer é ser avaliado periodicamente para



Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil

Diagnóstico é inicial e superficial

ver se outras lesões apresentam suspeitas. Com relação a essas lesões, elas foram retiradas, mas pela característica da pele dele, por ter tomado sol sem proteção, é caso de avaliação periódica. Não é caso de nenhum tratamento coadjuvante agora”, disse o cirurgião.

Bolsonaro, que cumpre prisão domiciliar e foi condenado a 27 anos e 3 meses de prisão por liderar uma trama golpista, ainda deve apresentar atestado médico ao gabinete do ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal).

Carcinoma Espinocelular

Ao Correio da Manhã, o médico dermatologista e presiden-

te do Congresso Brasileiro de Cirurgia Dermatológica 2026 Alessandro Alarcão explicou que o carcinoma espinocelular “é o segundo tipo mais comum de câncer de pele”.

“No caso do ex-presidente Bolsonaro, a informação divulgada foi que o diagnóstico é inicial e superficial, o que é um cenário favorável. Ou seja: apesar de o espinocelular ter um risco maior que o basocelular, quando descoberto cedo o tratamento costuma ser eficaz e com prognóstico positivo”, detalhou Alarcão para a reportagem.

Questionado pela reportagem, o dermatologista reiterou que o histórico de cirurgias e problemas de saúde, especial-

mente intestinais, que o ex-presidente vem enfrentando desde que levou uma facada durante campanha presidencial em 2018, não estão diretamente ligados ao câncer de pele.

“O que realmente importa para esse tipo de câncer são fatores como exposição solar ao longo da vida, tipo de pele e histórico familiar. No caso dele, sendo carioca, é muito provável que tenha tido uma infância e adolescência com alta exposição ao sol, em praias e atividades ao ar livre, numa época em que o uso de protetor solar não era hábito. Isso gera um dano acumulativo: cada queimadura solar, cada excesso de sol, fica registrado na pele e pode se manifestar anos ou décadas depois como um câncer”, afirmou o médico.

Ele ainda reiterou que o estilo de vida também é um aspecto que precisa ser levado em consideração para se prevenir contra o câncer de pele. “Sabemos que ele [Bolsonaro] tem o hábito de andar de moto, e muitas vezes a pele fica diretamente exposta ao sol e ao vento. Essa exposição crônica, sem proteção adequada, aumenta significativamente o risco de câncer de pele, principalmente em áreas como rosto, braços e mãos. Portanto, o desgaste de saúde geral não é o fator central aqui; o que pesa mesmo é a soma da exposição solar intensa desde cedo e hábitos de vida que reforçam esse contato direto com os raios ultravioleta”, completou Alessandro Alarcão.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Geraldo Magela/Agência Senado



Seabra Filho durante sabatina no Senado

Mudança facilitou aprovação de diretor preso ontem

Uma manobra do senador Confúcio Moura (MDB-RO) abriu caminho para a aprovação de Mário Trivellato Seabra Filho, preso ontem pela Polícia Federal, para o cargo de diretor da Agência Nacional de Mineração (ANM).

Em 13 de dezembro de 2023, Moura, que presidia a Comissão de Serviços de Infraestrutura, responsável pela sabatina do indicado, trocou, em cima da

hora, o relator do processo: tirou o senador Carlos Viana (Podemos-MG) e nomeou Carlos Fávaro (PSD-MT), que se licenciaria na véspera do cargo de ministro da Agricultura.

Durante a sabatina, Viana protestou por ter sido substituído — alegou que, na noite anterior, dissera a Moura que não apresentaria seu relatório porque o candidato deixara de apresentar documentos.

Confirmação

Ontem, Viana afirmou que a prisão de Seabra Filho confirmou suas desconfianças. Disse que ele apresentara documentos duvidosos e que não havia como checar a veracidade de informações. O senador pediu que a sessão fosse adiada para fevereiro.

Pressão

Viana afirmou que a presença na sessão de representante do Ministério de Minas e Energia foi uma forma de pressão sobre o Senado. Indicado pelo ministro Alexandre Silveira (MME), Seabra Filho é suspeito de crimes ambientais, corrupção e lavagem de dinheiro.

Fernando Molica



O pavilhão está na fachada de prédio comercial

Bandeira de Israel hasteada no fim do Leblon

A lei 5.700, de 1971, determina que nenhuma bandeira de outro país pode ser usada no Brasil sem que a bandeira nacional esteja ao seu lado direito, “de igual tamanho e em posição de realce”.

Isso, com exceção do que ocorre em representações diplomáticas.

Uma bandeira de Israel, porém, está há alguns

meses hasteada, solitária, na fachada do Leblon Office: lá, segundo a Embaixada de Israel, não funciona nenhuma representação diplomática do país.

A coluna procurou a administração do prédio em busca de uma justificativa. Um funcionário disse ter repassado a demanda para a Arbi Rio, dona do imóvel.

Enrolação

Os resultados da pesquisa AtlasIntel/Bloomberg reforçaram a tese governista de que protelar a votação da anistia é a melhor maneira de lidar com o tema. Há a percepção de que o julgamento de Jair Bolsonaro ajudou a refrescar a memória da população sobre o 8 de Janeiro.

Lá e cá

Outro dado relevante é a constatação do desgaste da política de morte-assopra de Tarcísio de Freitas (Republicanos) em relação a Bolsonaro. O governador de São Paulo é o principal nome da direita para encarar a disputa da Presidência da República em 2026.

Esperança

A condenação a uma anistia ampla e irrestrita por parte de 57,3% dos ouvidos (seis pontos a mais do que em agosto) foi muito comemorada. O Planalto ressalta que 50,2% são contra qualquer tipo de anistia. Há esperança de que os números sensibilizem o Centrão.

Páreo duro

A pesquisa revela que a maioria da população rejeita o discurso radical adotado por Tarcísio. Ele é o candidato preferido de 46,3% dos que votariam em Bolsonaro, mas o percentual é ultrapassado pela soma das intenções em políticos que têm o nome do ex-presidente.

CORREIO ECONÔMICO

POR MARTHA IMENES



Dólar operou em baixa, mas subiu no fechamento

Mercado oscilou com juros.

No Brasil, Selic fica em 15%

O mercado financeiro oscilou durante a “Super Quarta” com a expectativa dos resultados dos juros estadunidenses e da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) sobre a taxa básica (Selic) no Brasil.

Nos EUA, o juro caiu 0,25 pontos percentuais, ficando na faixa de 4% a 4,5%. No Brasil, o Copom manteve a taxa Selic em

Copom

“O Copom decidiu manter a taxa básica de juros em 15% a.a., e entende que essa decisão é compatível com a estratégia de convergência da inflação para o redor da meta”, disse o Copom. E ressaltou “seu objetivo fundamental de assegurar a estabilidade de preços”.

Fed

O Federal Reserve (Fed), banco central dos Estados Unidos, reduziu as taxas de juros do país em 0,25 ponto percentual (p.p.), para a faixa de 4% a 4,25% ao ano. Esse foi o primeiro corte de juros nos EUA em nove meses. A última redução havia ocorrido em 18 de dezembro.



Crescimento de vendas em supermercados bateu 3,7%

Baixa frequência não afetou

setor de supermercados

O comércio varejista registrou uma alta de 2,5% em agosto no acumulado dos últimos 12 meses terminados em agosto. Levantamento da Rock Encantech, que analisou 160 milhões de transações, mostra detalhes sobre o crescimento do setor.

No recorte por canais, a queda de 1,3% na frequência de compras não

Gestor de multas

A Sem Parar Empresas apresentará seu mais novo produto: o Gestor de Multas, durante a TranspoSul 2025. O evento, que acontece de 23 a 26 de setembro no Centro de Eventos FIERGS, em Porto Alegre (RS) e deve reunir mais de 20 mil visitantes e cerca de 120 expositores.

Investimento

A Nestlé Brasil vai investir aproximadamente R\$ 450 milhões entre 2025 e 2028 para ampliar em 40% a capacidade da fábrica de Nescafé Dolce Gusto, em Montes Claros (MG), única unidade da marca das Américas. O aporte integra o pacote de R\$ 7 bilhões já anunciado.

Leilão de imóveis

A Zuk, plataforma de leilão de imóveis, está com mais de mil imóveis em oferta. Há lotes comerciais, residenciais, terrenos, áreas rurais e até cotas de consórcios e imóveis abertos para propostas. Os descontos podem chegar a 84%. As vendas ocorrem por meio da plataforma.

ProconsBrasil

A ProconsBrasil – Associação Brasileira de Procons, elegeu a a advogada Renata Ruback para a presidência da entidade. A nova gestão assume com o compromisso de honrar os princípios do CDC: garantir que o cidadão seja ouvido, respeitado e tenha direitos preservados.

Empregadores domésticos

devem R\$ 375 mi de FGTS

Ministério envia notificações para regularização de depósitos

Por Martha Imenes

Os mais de 80 mil empregadores que estão em débito de recolhimento de depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) de trabalhadoras e trabalhadores domésticos começaram a receber notificações do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para regularizar a situação, voluntariamente, até 31 de outubro. O montante devido ao FGTS, de acordo com o ministério, ultrapassa R\$ 375 milhões.

De acordo com a pasta, 80.506 empregadores cadastrados, responsáveis por 154.063 postos de trabalho doméstico em todo o país, vão receber mensagens por meio do Domicílio Eletrônico Trabalhista (DET), plataforma oficial de comunicação com o ministério.

“O que evidencia não apenas a dimensão dos vínculos empregatícios no setor, mas também a relevância da regularização e do cumprimento das obrigações trabalhistas junto a esses profissionais”, acrescentou a pasta.

“As notificações foram elaboradas a partir do cruzamento de dados do eSocial com as guias registradas e pagas à Caixa Econômica Federal, que apontam indícios de débitos no recolhimento do FGTS”, destacou o comunicado.

Ainda segundo a pasta, a ação terá caráter pedagógico



Ministério do Trabalho e Emprego: 80.506 empregadores respondem por 154.063 postos

neste primeiro momento. “O objetivo é alertar os empregadores sobre possíveis irregularidades no cumprimento da legislação trabalhista e estimular a regularização voluntária até 31 de outubro de 2025”.

Notificação formal

Encerrado o prazo, o ministério alerta que os empregadores que não regularizarem a situação poderão ter os processos encaminhados para notificação formal e levantamento oficial dos débitos.

A orientação da pasta é que empregadores domésticos

acompanhem regularmente as mensagens enviadas pelo DET para evitar a perda de prazos e possíveis prejuízos legais e trabalhistas.

O sistema disponibiliza atos administrativos, procedimentos fiscais, intimações, notificações, decisões administrativas e avisos em geral, centralizando toda a comunicação de forma digital.

“Além de estimular a regularização, a ação também reforça a importância do cumprimento das obrigações trabalhistas no setor doméstico, envolvendo empregadores, entidades sindicais e trabalhadoras e trabalhadores.”

Multas podem chegar a R\$ 2.080,91

Os empregadores que não regularizarem voluntariamente os depósitos do FGTS das domésticas até 31 de outubro podem ter que pagar autuações e multas que variam de R\$ 208,09 a R\$ 2.080,91. O alerta é do Instituto Doméstica Legal.

Para auxiliar no processo,

por meio do Portal Doméstica Legal, o empregador pode acessar um serviço de apoio que inclui avaliação gratuita do aviso do Domicílio Eletrônico Trabalhista (DET) e a regularização completa das pendências via eSocial.

A regularização, no entan-

to, tem custo para o empregador doméstico e pode ser feito pelo site.

No caso da empregada doméstica, no portal Doméstica Legal tem uma cartilha que ensina como ela pode conferir se o depósito do FGTS está sendo realizado.

Estados

São Paulo lidera em números absolutos, com 26.588 empregadores, 53.072 trabalhadores e uma dívida de R\$ 135 milhões. Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia também apresentam valores expressivos, refletindo sua concentração populacional e econômica.

Estados como Roraima, Amapá e Acre registram os menores volumes, com débitos inferiores a R\$ 1 milhão, o que, segundo o ministério, “ilustra a diversidade da estrutura ocupacional e do mercado de trabalho doméstico formalizado no país”.

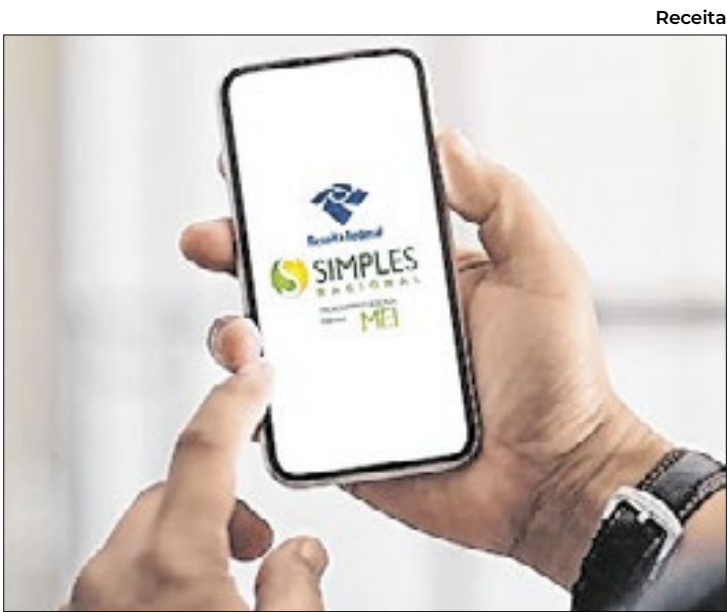
MEI pode pagar guia com cartão

O cartão de crédito ganhou mais uma funcionalidade: pagar o Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS) mensal de Microempreendedores Individuais (MEIs). Também podem ser pagos: DAS Cobrança e o DAS de Excesso de Receita. A informação é da Receita Federal.

Com os tributos em dia o MEI garante benefícios previdenciários e a regularidade do seu negócio.

O Documento de Arrecadação do Simples Nacional é emitido pelo Programa Gerador do DAS para o MEI (PG-MEI), um sistema eletrônico que permite também a apuração de tributos, além da consulta de pendências e extratos.

A nova modalidade de pagamento está disponível na opção “Pagar Online”, que antes



Aplicativo MEI precisa ser atualizado

oferecia apenas a geração de um documento para pagamento via débito em conta-corrente.

Como pagar

- Acesse www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/

após, informe o CNPJ

- Clique em PGMEI e, após, informe o CNPJ
- Entre no menu “Emitir Guia de Pagamento (DAS)”.

Caixa começa a pagar Bolsa Família

A parcela de setembro do Bolsa Família para beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 1 começou a ser creditada na quarta-feira (17) pela Caixa Econômica Federal. Ao todo, cerca de 19,2 milhões de famílias recebem o benefício. Nesta quinta é a vez de beneficiários com final 2 começarem a receber.

Beneficiários de todo o estado do Rio Grande do Sul e

de alguns municípios do Piauí, Paraná e de Sergipe recebem o pagamento hoje independentemente do NIS, em razão de situação de emergência ou de calamidade pública nessas regiões.

O valor mínimo corresponde a R\$ 600. Há ainda três adicionais – o Benefício Variável Familiar Nutriz paga seis parcelas de R\$ 50 a mães de bebês de até 6 meses; um acréscimo de

R\$ 50 a gestantes; e um acréscimo de R\$ 50 a cada filho de 7 a 18 anos e de R\$ 150 a cada criança de até 6 anos.

Como utilizar

Os beneficiários podem movimentar os valores preferencialmente pelo App Caixa Tem, não sendo necessário ir até uma agência para saque do benefício. Segundo a Caixa, também

é possível utilizar o cartão para realizar compras em estabelecimentos comerciais por meio da função de débito, bem como realizar saques em unidades lotéricas, correspondentes Caixa Aqui e agências da Caixa.

Nos terminais de autoatendimento, o saque pode ser realizado sem cartão, com identificação biométrica cadastrada previamente.

CORREIO ESPORTIVO



BIA HADDAD
Após cair pre-
cocemente nas
quartas de fi-
nal do SP Open,
Beatriz Haddad
Maia fez sua es-
treia na quarta
(17) no WTA 500
de Seul, na Co-
reia do Sul, com
uma vitória por
2 sets a 0 contra a
tenista da casa Dayeon
Back. Atual campeã do
torneio na capital core-
ana, a brasileira, 25ª do
ranking da WTA (Associa-
ção das Tenistas Profis-
sionais), se impôs contra
Dayeon, 306ª do mundo,
com parciais de 6/4 e 6/3,
em 2h22 de partida.

Nas oitavas de final, a
paulistana de 29 anos en-
frenta a alemã Ella Seidel,
105ª da WTA.

No confronto desta

Círio de Nazaré

O Vasco anunciou sua ca-
misa comemorativa ao
Círio de Nazaré. Na quarta
(17), o primeiro lote da ca-
misa, que foi lançada no
Pará, foi esgotado em ho-
ras. A renda será revertida
para obras sociais da Igreja.

Goleiro

Com a lesão de Neto, o Bo-
tafogo volta a ter apenas
Léo Linck, que ainda não
se provou, para defender
o gol. Por isso, o clube es-
tuda ir ao mercado em
busca de um goleiro mais
experiente que esteja livre.

Filipe Luís

José Boto, diretor de fute-
bol do Flamengo, agen-
dou uma reunião para 28
de setembro, após o jogo
contra o Corinthians, para
conversar com o técnico
Filipe Luís e tentar a reno-
vação de seu contrato.

Minutos finais

O Fluminense de Renato
Gaúcho tem sofrido nos
minutos finais da partida.
Dos 39 gols sofridos pelo
Tricolor desde a chegada
do técnico, oito deles fo-
ram nos últimos cinco mi-
nutos das partidas.

Venezuela I

Os Estados Unidos reabri-
ram a Estação Naval Roo-
sevelt Roads, no território
americano de Porto Rico,
no Caribe, que estava fe-
chada há 21 anos. O motivo
é a mobilização aeronaval
do governo Trump contra
os cartéis da Venezuela.

Venezuela II

Trump fez três ataques
contra embarcações que
seriam de traficantes do
cartel Tren de Aragua, que
os EUA dizem ser controla-
do por Maduro, que nega.
14 pessoas foram mortas
em ações contra um país
que não está em guerra.

Venezuela III

A ditadura de Nicolás Madu-
ro teme que essa movimen-
tação anormal seja mais
uma tentativa de pressio-
nar e viabilizar a derrubada
e captura de Maduro, que
afirma que o interesse ame-
ricano é nas reservas de pe-
tróleo do país.

Espanha

O porta-voz do Congres-
so espanhol, Patxi López,
defendeu que a Espanha
boicote a Copa do Mundo
FIFA 2026 caso Israel seja
classificada. Ele diz que
não faz sentido banir a
Rússia por crimes da guer-
ra, mas não banir Israel.

Teste Feminino da Fórmula E

Modelo de corrida sustentável confirmou a segunda edição do teste



As mulheres pilotos durante primeiro teste exclusivo para mulheres da Fórmula E, em 2024, no circuito de Jarama, na Espanha

Por Pedro Sobreiro

Após o sucesso da edição
2024 do inovador Teste Femi-
nino do Campeonato Mundial
ABB FIA de Fórmula E, a or-
ganização da Fórmula E confir-
mou a segunda edição do teste,
que já tem data e local para
acontecer. Ele será realizado em
Valência, na Espanha, na sexta-
-feira, 31 de outubro de 2025,
como parte do programa oficial
de testes de pré-temporada an-
tes da abertura da Temporada
2025/26.

Todas as dez equipes da
Fórmula E terão representa-
ntes, no teste, cujo tempo agora
foi dobrado para comportar até
20 pilotos femininos de elite
nos carros de corrida GEN3
Evo, os mesmos modelos utili-
zados pelos pilotos oficiais da
Fórmula E.

As equipes participantes
devem escalar obrigatoriamen-
te uma mulher piloto, mas
podem inscrever até duas para

guiarem os carros.

Para Jeff Dodds, CEO da
Fórmula E, o grande diferen-
cial é a oportunidade de ver as
mulheres pilotando carros com
o mesmo desempenho dos ho-
mens.

“Estamos felizes por voltar
com nosso segundo teste exclu-
sivo para mulheres. O evento
do ano passado foi um marco e
seu sucesso estabeleceu as bases
para o que está por vir. Este ano,
com o dobro do tempo de pista,
estamos oferecendo uma plata-
forma ainda maior para que as
pilotos de elite demonstrem seu
talento em nosso carro de corri-
da de última geração, o GEN3
Evo. Diferente de outras cate-
gorias, nas quais as mulheres
pilotos têm que usar máquinas
antigas ou restritas, elas usarão
o carro GEN3 Evo de última
geração, que acelera 30% mais
rápido que um carro de F1, da
mesma forma que nossos pi-
lotos fazem no Campeonato.
Vimos essa iniciativa levar a um

progresso real na carreira de vá-
rias pilotos e esperamos que o
teste deste ano abra ainda mais
portas”, afirmou.

Na última temporada, as
mulheres pilotos foram reco-
nhecidas com cargos na Fór-
mula E. A ideia é continuar
incentivando o envolvimento
feminino na categoria.

Pablo Martino, Diretor da
Fórmula E junto à FIA, falou
sobre o Teste Feminino.

“Após o sucesso do Teste Fe-
minino inaugural da Fórmula
E, temos o prazer de oferecer
às talentosas pilotos mais uma
oportunidade inestimável de
adquirir experiência e mostrar
suas habilidades na categoria.
O feedback das equipes e par-
ticipantes no ano passado foi
positivo, e já houve um enorme
nível de interesse no teste do
próximo mês. No Campeonato
Mundial ABB FIA de Fórmula
E, estamos comprometidos em
promover maior diversidade e
igualdade no automobilismo

e, com várias mulheres que
testaram o carro de Fórmula E
no ano passado tendo se esta-
belecido em algumas posições
no campeonato, não temos
dúvidas de que é apenas uma
questão de tempo até vermos
uma delas se juntando ao grid”,
comentou.

Girls on Track

Paralelamente, a Fórmula
E também sediará uma edição
especial do programa FIA Girls
on Track no mesmo dia do tes-
te exclusivo para mulheres, com
até 100 jovens locais, oferecen-
do workshops educacionais
práticos e a oportunidade de
conhecer as pilotos e equipes,
aumentando a visibilidade, o
envolvimento e as oportuni-
dades para mulheres que dese-
jam entrar no ecossistema do
automobilismo. As candidatas
interessadas podem se inscre-
ver neste link: [https://r1.do-
tdigital- pages.com/p/4H56-
12Y5/fia-girls-on-track](https://r1.digital-pages.com/p/4H56-12Y5/fia-girls-on-track).

INTERNACIONAL

China estimula o consumo

China busca estimular consumo em meio a Guerra Comercial

Por Victoria Damasceno
(Folhapress)

A China emitiu um pacote de
19 medidas para incentivar o co-
nsumo de serviços no país, mostran-
do mais uma aposta de Pequim
para estimular o crescimento eco-
nômico em meio à guerra comer-
cial. O documento, assinado pelo
Ministério do Comércio e outros
oito departamentos, aposta nos
negócios de áreas como turismo,
saúde, cultura e esportes, em uma
tentativa de convencer a popula-
ção local de priorizar o consumo
de serviços chineses e atrair mais
visitantes para o país.

“Todos os departamentos e
unidades relevantes devem imple-
mentar resolutamente as decisões
e arranjos do Comitê Central
do PCC [Partido Comunista da
China] e do Conselho de Estado e
promover a implementação deta-
lhada de diversas políticas e medi-
das”, escrevem as autoridades.

As medidas não citam as tari-
fas impostas pelo presidente dos
Estados Unidos, Donald Trump,
mas foram publicadas em um mo-
mento em que o país vive a trégua
da Guerra Comercial, e sua econo-
mia segue pressionada pela pos-
sibilidade das tarifas americanas
serem colocadas em prática.

Após rodadas de negociações,
é esperado que Trump e o líder do
regime chinês Xi Jinping discutam
os próximos passos das negocia-
ções nesta semana em uma ligação
por telefone prevista para sexta-fei-
ra (19). Também está sendo costu-
rado um encontro entre os manda-
tários em outubro, quando estarão
na Coreia do Sul para a cúpula da
Apec (Cooperação Econômica
Ásia-Pacífico, em português).

O consumo na China está
contido, em parte, pois a popu-



Xi Jinping aproveita a Guerra Comercial iniciada pelos EUA

lação chinesa segue guardando
dinheiro por precaução, segundo
relatório da OCDE (Organização
para a Cooperação e Desenvol-
vimento Econômico, em portu-
guês). As medidas para aquecer o
comércio interno tentam também
tratar da questão, vista como histó-
rica e cultural no país.

Uma das ações previstas pelo
documento é fortalecer a cam-
panha “Compre na China”, lançada
em abril deste ano para expandir
o consumo no país com foco em
moda, entretenimento, turismo e

esporte, entre outros.

Outro ponto-chave destacado
pelas medidas é atrair mais turis-
tas, expandindo o escopo de países
com isenção unilateral de vistos, e
facilitar acomodação, comunica-
ção e pagamento. Além da possível
barreira linguística, turistas que
visitam o país precisam utilizar
meios de pagamento locais, como
o WeChat e Alipay, para ter acesso
a serviços básicos.

Pequim também propõe uti-
lizar de forma abrangente instru-
mentos de políticas monetárias

e de crédito para apoiar institui-
ções na expansão de ofertas de
crédito para o setor de serviços.
Visa também aumentar o apoio
de crédito ao consumidor final,
com subsídios de juros para em-
préstimos, e orientando institui-
ções financeiras a criar produtos
que sejam adaptados às neces-
sidades dos clientes.

O regime também quer atrair
mais estudantes internacionais
como forma de fortalecer a marca
“Estude na China”, e otimizar o
arranjo de férias dos alunos levan-
do em consideração fatores como
condições climáticas, cronograma
de produção e a licença remunera-
da dos funcionários.

Na área da cultura, o regime
visa maximizar o uso de financia-
mentos estatais existentes, assim
como aproveitar instalações de
teatros, museus e galerias de arte,
além de ampliar o horário de fun-
cionamento dos espaços.

No setor de esportes, quer
“incentivar a realização de eventos
esportivos estrangeiros de desta-
que, apoiar os governos locais na
realização de eventos esportivos de
massa e criar uma série de eventos
de alto nível e alta qualidade”.

O documento também prevê
fortalecer a formação na área de
serviços de saúde, como de cuida-
dos a idosos, serviços domésticos e
de longa duração. Visa também o
desenvolvimento de mais creches
comunitárias, além de centros de
acolhimento familiar.

Um dos objetivos, segundo os
órgãos, é “Flexibilizar o acesso ao
mercado em áreas como assistên-
cia médica de médio a alto padrão,
lazer e férias, reduzir medidas res-
tritivas, atrair mais investimento
estrangeiro e capital privado e au-
mentar a oferta de serviços de alta
qualidade”.

JORNAL DO SERVIDOR

POR MARTHA IMENES



O advogado Pedro Taques fez a denúncia em junho

Fraude em consignados no MT vai para debate nacional

Os indícios de fraudes em empréstimos consignados na folha do serviço público em Mato Grosso sairão do âmbito estadual para duas agendas nacionais. Representantes de sindicatos de servidores públicos estaduais participaram de uma reunião na Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon). A proposta de ampliação do debate se deve ao fato de que o grupo econômico

da Capital Consig está no rol de consignatárias de aposentados e pensionistas do INSS. “O que identificamos não é uma irregularidade pontual, mas um esquema com atuação coordenada e formação de grupo econômico para práticas irregulares e até criminosas contra milhares de servidores”, destacou Pedro Taques, do escritório AFG&Taques.

Correio da Manhã denunciou golpe

O advogado avalia que “é fundamental que a Câmara dos Deputados e os demais órgãos de fiscalização nacional atuem para responsabilizar os culpados e proteger os servidores do estado”. Taques reforçou o empenho de todas as entidades na apuração das denún-

cias dos servidores, trabalho que embasou a atuação da equipe jurídica. Conforme o Correio da Manhã noticiou na edição de 26 de junho deste ano, pelo menos 20 mil servidores públicos tiveram descontos em seus contracheques sem autorização.



Cofen: enfermagem é categoria essencial à saúde

Piso nacional de enfermagem será avaliado no Supremo

O Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) ganhou as redes sociais para mobilizar a categoria visando sensibilizar os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), que vão julgar o mérito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7.222 entre os dias 19 a 26 de setembro.

O conselho pede ao STF que seja reconhecida a plena constitucionalidade da Lei 14.434/2022 e que sejam afastadas todas as interpretações não previstas pelo legislador. O Cofen defende que seja firmado entendimento de que o piso corresponde ao salário-base.

Sem negociação coletiva prévia

O Conselho Federal de Enfermagem reivindica que seja afastada a exigência de negociação coletiva prévia como condição de eficácia da lei, sendo assegurada a aplicação imediata do piso em todo o território nacional sem proporcionalidade em relação à jornada de 44 horas semanais.

No memorial protocolado no Supremo, o Cofen reafirma que a enfermagem é categoria essencial à saúde, com jornada desgastante e vulnerabilidade remuneratória. Conforme o conselho, a postergação do piso afeta diretamente a qualidade do atendimento no SUS e na saúde suplementar.

Audiência sobre saúde pública

O Sindicato dos Enfermeiros do Distrito Federal durante audiência pública sobre a violência contra profissionais de enfermagem no DF, criticou a falta de estrutura da saúde pública na capital do país e destacou que o problema não pode ser tratado como bandeira política.

A mesa foi presidida pela deputada distrital Dayse Amarílio (PSB), enfermeira e presidente da Comissão de Saúde e foi realizada na Câmara Legislativa. “As pessoas estão morrendo na fila. Eu não sei como um político consegue dormir sem se preocupar com isso”, afirmou.



Projeto de lei está em tramitação na Câmara em regime de urgência, que o isenta de passar em comissões

Por Martha Imenes

Na contramão do esperado com a reforma administrativa, que visa reestruturar o serviço público e combater os supersalários, um projeto de lei apresentado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) propõe a criação de verba indenizatória que pode turbinar os salários de servidores da corte de contas a valores de até R\$ 72,8 mil por mês.

O texto está em tramitação na Câmara dos Deputados em regime de urgência. A decisão acelera a tramitação da matéria e permite que ela seja votada diretamente no plenário, sem passar pelas comissões. Contraditoriamente, o deputado Pedro Paulo (PSD-RJ), que coordena do grupo de trabalho que discute a reforma administrativa, votou a favor da urgência.

Para o advogado e professor associado de Direito Constitucional da PUC-SP, Marcelo Figueiredo, o projeto é “uma violação clara do princípio da moralidade administrativa previsto no artigo 37 da Constituição Federal”.

“Acho improvável que a matéria passe sem impugnação administrativa e judicial da oposição”, avalia.

‘Penduricalho’ do TCU em regime de urgência

Com o PL em tramitação na Câmara, salário de servidores pode chegar a R\$ 72,8 mil por mês

De acordo com o constitucionalista, “a reforma administrativa deveria vir para dar mais eficiência à Administração Pública e conferir racionalidade nas carreiras públicas”. Ele finaliza afirmando que o pedido do TCU representa um retrocesso no avanço da reforma.

Adicional de 25%

O texto prevê que funcionários do TCU que ocupam cargos de confiança terão direito a um adicional de até 25% sobre a remuneração bruta mensal. O penduricalho foi batizado de Indenização por Regime Especial de Dedicção Gerencial.

A “indenização” inserida

no nome tem razão de ser: ao ter essa classificação, a verba fica fora do teto remuneratório do funcionalismo, hoje em R\$ 46,4 mil, e fica livre da cobrança de Imposto de Renda.

O valor do penduricalho, segundo tabela que circula na Câmara, pode chegar a R\$ 14,6 mil em 2026. Com a soma de todas as verbas, a remuneração poderia chegar a R\$ 72,8 mil para os servidores no topo da carreira, segundo informações da Folha.

Licença no CJF

Uma decisão do Conselho da Justiça Federal (CJF), que institui licença compensatória para servidores em cargos em comissão CJ-2, CJ-3 e CJ-4

foi criticada pelo Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Sintrajufe).

“O CJF estende a uma pequena parcela da categoria uma licença que se assemelha ao penduricalho autoconcedido à magistratura. É uma medida de caráter divisionista, discriminatório e que não pode ser confundida com a meta da valorização reivindicada pelo conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras do Judiciário Federal”, critica a entidade.

A resolução 965/2025, diz o sindicato, serve para tentar legitimar a onda contínua de benefícios aprovados para os juízes.

Endividamento de servidores em discussão na Câmara dos deputados

O superendividamento de servidores públicos foi tema de debate na Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados, que decidiu criar uma subcomissão para apresentar soluções para as irregularidades na oferta de crédito consignado.

Parlamentares chamam atenção para o risco dos servidores sofrerem um superendividamento por conta do aumento da oferta de crédito e estratégia de marketing dos bancos. De acordo com eles, servidores comprometem até 70% da folha de pagamento de alguns servidores. Participaram do debate os deputados Duarte Jr. (PSB-MA) e Daniel Almeida (PCdoB-BA). Segundo ele, das subcomissões “vão sair as propostas que podem se tornar lei para conter o endividamento dos servidores”.

Embora o limite da margem consignável seja de 35%, as instituições financeiras estariam fazendo “manobras” com a oferta de cartões de crédito consignado e empréstimo em mais de uma conta.

Em alguns casos, segundo os parlamentares, o salário é reduzido e ficam os descontos feitos na base de rendimentos anterior. Outro ponto abordado pela Comissão foram as altas taxas de juros. Os deputados sugeriram



Servidores comprometem até 70% do salário com descontos no contracheque

mudanças na legislação para proteger os servidores de abusos no crédito consignado. Entre as propostas estão limitar as cobranças de juros, criar um período seis meses de moratória que permita suspender o pagamento das parcelas e aumentar a fiscalização para coibir manobras usadas sobre a margem consignável.

Especialistas avaliam que o endividamento de servidores públicos é um problema significativo, com altas taxas de comprometimento da renda, muitas vezes devido à facilidade de obtenção de crédito consignado e à falta de planejamento.

Causas e fatores

■Crédito consignado - a facilidade e a atratividade do crédito consignado impulsionam o aumento das dívidas, levando a um comprometimento de grande parte da remuneração.

■Educação financeira - a ausência de planejamento financeiro e de conhecimento sobre gestão do dinheiro contribui para o descontrole financeiro.

■Pressão do consumo e marketing - a publicidade e o marketing agressivo das instituições financeiras atraem os consumidores para o endividamento.

■Contexto econômico - a

inflação e a ausência de suporte financeiro adequado para os servidores públicos agravaram a situação do endividamento.

Consequências

■Impactos na saúde - acúmulo de dívidas causa estresse, ansiedade e depressão, afetando a saúde física e mental dos servidores.

■Desgaste na vida familiar - a situação financeira descontrolada pode levar à insatisfação conjugal e aumentar o sofrimento emocional.

■Problemas econômicos - a redução do poder de compra e investimento dos servidores compromete a economia local.

CORREIO FLUMINENSE



Animais foram levados para a Cidade da Polícia

Força-tarefa resgata 800 animais silvestres

A força-tarefa criada pelo Governo do Estado contra o tráfico de animais silvestres, armas e munições conduziu 47 pessoas à delegacia e resgatou 800 animais vítimas de tráfico. Ao longo do dia, a operação integrada entre a Polícia Civil e a Secretaria de Estado de Ambiente e Sustentabilidade contou com apoio da Polícia Militar e do Ministério Público. Esta é a maior ação de combate ao tráfico de animais já realizada no Brasil. Investigações da Polícia Civil revelaram que a organização criminosa atuava há décadas no tráfico de animais, sendo a principal responsável pela venda em feiras clandestinas. O grupo também traficava

armas e munições para garantir a continuidade das ações delituosas. Outros núcleos foram identificados, como falsificadores que vendiam anilhas, selos públicos, chips e documentos falsos, usados para mascarar a origem ilícita dos animais, e o núcleo responsável pelo fornecimento de armamento e munições à organização. Na Cidade da Polícia, foi montada uma base para receber os animais resgatados. No local, eles tiveram atendimento médico-veterinário e foram avaliados por peritos criminais. Os animais estão sendo encaminhados a centros de triagem para garantir sua reintrodução à natureza.



Ação tem como objetivo garantir moradia digna

Maricá entrega 40 casas a famílias carentes

A Prefeitura de Maricá, por meio da Secretaria de Habitação, entregou nesta quarta-feira (17) 40 casas para famílias reassentadas em três bairros do município. As novas residências foram destinadas a pessoas que viviam em áreas de risco e tiveram suas antigas moradias interditadas pela Defesa Civil. A entrega é resultado do programa Habitar – Moradia com Dignidade. O bairro de Inoã recebeu 24 imóveis. Em São José do Imbassaí foram 11 casas e, em Itaipuaçu, cinco. Todas as unidades contam com infraestrutura completa e foram construídas em modelos térreos ou duplex, algumas

com suítes e garagem. O programa Habitar atua em quatro frentes: Reassentamentos, Melhorias, Regularização Fundiária e Aluguel Social. A proposta é garantir o direito à moradia com segurança, conforto e qualidade de vida. Os beneficiários são direcionados para imóveis ociosos adquiridos pelo município, sem descartar a construção de novas unidades habitacionais. Entre os principais objetivos estão a prevenção de tragédias relacionadas às mudanças climáticas e a retirada de famílias de locais precários, oferecendo condições seguras, esteticamente adequadas e com suporte social.

Plano Diretor de Guapimirim

A Prefeitura de Guapimirim promove, nesta quinta (17), às 18h30, uma Audiência Pública para apresentar à população a proposta do novo Plano Diretor Municipal, documento que orientará o desenvolvimento urbano e sustentável da cidade nos próximos anos. O encontro acontece na Quadra Poliesportiva da Escola Professor Otelo, no

centro da cidade, e será transmitido ao vivo pelo YouTube. O Plano Diretor é uma lei que estabelece os princípios, diretrizes e normas para o planejamento do município, funcionando como um guia para que as decisões de gestores públicos, técnicos e sociedade civil sigam um caminho comum em busca de objetivos coletivos.

Agência Brasil



As mortes por intervenção de agente do Estado acompanharam a queda

ISP: menor número de roubos em agosto em 21 anos no RJ

Roubo de veículo, de carga, a transeunte, em coletivo e de rua tiveram queda no mês

O Estado do Rio de Janeiro registrou, em agosto de 2025, uma queda de 13% nos roubos de rua: foram 4.461 ocorrências no período, contra 5.123 em agosto de 2024 — o menor número dos últimos 21 anos. Os roubos de veículos também apresentaram queda. De acordo com o Instituto de Segurança Pública (ISP), foram 1.810 casos em agosto deste ano, frente a 2.833 no mesmo mês de 2024, o que representa uma redução de 36%. Houve ainda recuo de 22% nos roubos a transeunte — o menor índice para agosto desde 2004 —, de 60% nos roubos em coletivo e de 43,7% nos roubos de carga. “Os crimes contra o patrimônio impactam diretamente na sensação de segurança da população; então a redução de todos esses tipos de roubo é algo

bastante relevante do ponto de vista da segurança pública. Vamos continuar trabalhando e investindo cada vez mais para que essa queda alcance todos os indicadores”, destacou o governador Cláudio Castro. A letalidade violenta também teve redução, com 297 ocorrências em agosto de 2025, frente a 305 no mesmo mês do ano anterior, o que corresponde a uma diminuição de 2,6%. As mortes por intervenção de agente do Estado acompanharam a queda, passando de 69 mortes em 2024 para 44 neste ano. A produtividade das polícias Civil e Militar continua em alta. No acumulado do ano, as forças de segurança realizaram 16.703 apreensões de drogas, aumento de 1,4% em relação ao mesmo período de 2024 —

uma média de 69 por dia, assim como a recuperação de veículos: foram 11.501 em 2025, contra 11.282 de janeiro a agosto de 2024, crescimento de 2%. Entre janeiro e agosto de 2025, ainda foram retiradas das ruas 4.066 armas de fogo, com média de 16 por dia, sendo 518 fuzis, o que corresponde a cerca de duas apreensões diárias. Além disso, no acumulado do ano, os agentes de segurança efetuaram 28.139 prisões em flagrante, uma média de 116 por dia. A diretora-presidente do ISP, Marcela Ortiz, ressaltou a importância dos resultados “A redução expressiva e contínua em diversos indicadores reflete a alta produtividade das polícias, que atuam com precisão, estratégia e comprometimento, em um esforço coordena-



Marcelo Regua

Medida dobra o número de convocados para 4 mil

Curso de soldados da PM tem aumento do número de vagas

O governador Cláudio Castro autorizou o aumento do número de vagas no Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), para os concursados de 2023. A partir dessa autorização, que foi publicada no Diário Oficial desta quarta-feira (17/09), as vagas dobram, saindo de 2 mil para 4 mil convocados. “Seguimos com o trabalho firme para promover o fortalecimento das forças de segurança, e é um privilégio liderar o Estado do Rio de Janeiro nesse tempo. Estamos investindo no policial e em tudo que proporciona ao policial a oportunidade de fazer o seu melhor trabalho, que é infraestrutura, logística e treinamento. Reitero meu compromisso, vamos chamar 4 mil policiais deste concurso. Em 2026, vem um novo concurso, para que

novas pessoas tenham a oportunidade de ingressar nessa corporação”, destacou Castro. Essa ação é mais um passo para diminuir o déficit no quadro efetivo da corporação, e faz parte, também, das ações do Governo do Estado para valorizar as forças de segurança. São mais de R\$ 4,5 bilhões investidos para adquirir novos recursos materiais para as áreas operacionais e de inteligência, como também para melhorar as condições de trabalho dos policiais, com obras de infraestrutura em unidades, compra de equipamentos de proteção individual e convocação de policiais. Ao longo deste ano, o governador Cláudio Castro tem renovado a frota da Polícia Militar a partir da entrega de 758 novas viaturas. Desde 2022, o Estado já adquiriu 1.714 viaturas, e ainda em 2025

está prevista a entrega de 470 motocicletas e um helicóptero blindado. Além disso, o Governo do Estado investiu R\$ 170 milhões em obras de reforma de unidades da Polícia Militar. Foram R\$ 160 milhões para a reestruturação de instalações e aquisição de recursos tecnológicos. “O reforço no efetivo da Polícia Militar é fundamental para garantir a segurança da população fluminense. O governador entende a importância de destinar recursos para a segurança pública, que é uma área transversal para garantir também o desenvolvimento do estado. Ao comprar novos equipamentos, novos veículos e agora com o aumento das vagas, garantimos também dignidade aos nossos agentes”, afirmou o secretário de Polícia Militar, coronel Marcelo Menezes.

nado”, disse Marcela.

Indicadores

- 1- Letalidade violenta:** 297 mortes em agosto de 2025, queda de 2,6% em relação a agosto de 2024, quando houve 305 vítimas.
- 2 - Roubo de rua:** 4.461 registros em agosto de 2025, redução de 13% em relação a agosto de 2024, que teve 5.123 casos.
- 3 - Roubo de veículo:** 1.810 registros em agosto de 2025, queda de 36% frente às 2.833 ocorrências de agosto de 2024.
- 4 - Apreensão de drogas:** Foram registradas 16.703 apreensões de drogas no acumulado do ano, o que representa um aumento de 1,4% em relação a 2024, com média diária de 69 apreensões.
- 5 - Fuzis apreendidos:** 518 apreensões de janeiro a agosto de 2025, uma média de 2 por dia.
- 6 - Armas apreendidas:** 4.066 de janeiro a agosto de 2025. Durante o período, foram retiradas uma média de 16 armas por dia das ruas.
- 7 - Recuperação de veículos:** 11.501 de janeiro a agosto de 2025, aumento de 2% frente aos 11.282 do mesmo período de 2024.
- 8 - Prisão em flagrante:** 28.139 prisões em flagrante ao longo dos oito primeiros meses do ano, uma média de 119 por dia.
- 9 - Roubo a transeunte:** 2.000 registros em agosto de 2025, queda de 22,6% em comparação às 2.584 ocorrências em agosto de 2024.
- 10 - Roubo em coletivo:** 293 registros em agosto de 2025, queda de 60% em relação a agosto de 2024, quando houve 731 casos.
- 11 - Roubo de carga:** 184 registros em agosto de 2025, queda de 43,7% em relação a agosto de 2024, que teve 327 ocorrências.
- 12 - Mortes por intervenção de agente do Estado:** 44 mortes em agosto de 2025, queda de 25 mortes em comparação ao mesmo mês de 2024.

Patrulha Maria da Penha em São Gonçalo

Mais de 50 agentes da Guarda Municipal de São Gonçalo e de outras nove cidades do Estado do Rio participaram do curso de capacitação sobre a Lei Maria da Penha no Teatro Municipal de São Gonçalo, nesta quarta-feira (17). O evento faz parte das celebrações de um ano do Grupamento Patrulha Maria da Penha de São Gonçalo. O Grupamento atua diretamente em casos de agressões e ameaças contra a integridade de mulheres. A Patrulha Maria da Penha contribui para proteção, monitoramento e acompanhamento das mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar que possuam medidas protetivas de urgência, de forma integrada às ações realizadas pela rede de atendimento que combate a violência contra a mulher. No curso, foram abordados diversos temas com o objetivo de dar mais embasamento para o trabalho dos agentes da Patrulha Maria da Penha em todo o Rio. É o que explicou Gedir Manoel Rodrigues, que atua na Patrulha Maria da Penha de Macaé há oito anos e é parceiro da Echo Humanos, startup responsável por palestras e treinamentos sobre violência doméstica e familiar. Ele foi um dos palestrantes do evento.

CORREIO CARIOCA

POR PAULA VIEIRA



Divulgação
Procon-RJ interdita posto de gasolina após denúncia

Procon Carioca interdita posto de gasolina por fraude

Um posto de combustíveis na Praça Seca, Zona Oeste do Rio, foi interditado e multado pelo Procon Carioca nesta terça-feira (16), após fiscais flagrarem fraude nas bombas de abastecimento. O esquema prejudicava diretamente os motoristas. Os bicos de gasolina e etanol entregavam cerca de 20% menos do que aparecia no marcador. Em um teste, um galão de 20 litros foi cheio, mas a bomba registrou 24 litros. Diante da

irregularidade, o Procon determinou a interdição imediata, aplicou multa e abriu processo para cassar o alvará do local. A denúncia partiu de um consumidor, o que mostra a importância desta contribuição no combate a golpes. De acordo com a Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, a operação faz parte de um plano da Prefeitura para reforçar a fiscalização e dar mais transparência ao setor.

3º Festival do Servidor

Estão abertas as inscrições para o 3º Festival do Servidor, que celebra o Dia do Servidor, em 28 de outubro. Realizado pelo Instituto Fundação João Goulart, o evento oferece mais de duas mil vagas em cursos e palestras presenciais e on-line sobre gestão pública para

quem trabalha ou quer conhecer melhor o setor. O festival será dividido em quatro áreas temáticas, chamadas de “palcos”, com foco em gestão básica, aprimoramento e liderança carioca. As inscrições podem ser feitas no site ou Instagram da Fundação João Goulart.



Bonde do ramal Paula Mattos em circulação pelo Rio

Bonde de Santa Teresa vive retomada histórica

O Bonde de Santa Teresa, que completou 129 anos em setembro, registrou aumento de 30% no número de passageiros entre janeiro e agosto. No total, foram 473.456 embarques em 2025 contra 357.953 no ano passado. O aumento da procura está ligado às obras de revitalização feitas pela Setram, que possibilitou a

reativação do ramal Paula Mattos, parado havia mais de 10 anos. Em julho, o sistema bateu recorde, com 3.441 embarques em um único dia. Com R\$ 70 milhões investidos, as intervenções também incluem o ramal Silvestre, que fará a integração entre o bonde e o trem do Corcovado. As obras devem beneficiar 40 mil pessoas.

De la Bière injeta R\$ 35,4 mi no Rio

O Mondial de la Bière injetou R\$ 35,4 milhões na economia do Rio, segundo a Prefeitura. O cálculo considera o consumo de cerveja, o ingresso do evento, os gastos dos turistas e o investimento dos organizadores e expositores. Realizado no Pôr Mauá entre os dias

11 e 14 de setembro, o festival reuniu cerca de 40 mil pessoas em sua 12ª edição. Do público, 85% era carioca e 15% turista. No evento, o estande da “Rua da Cerveja” recriou o clima do futuro polo cervejeiro da Rua da Carioca, atraindo 6 mil visitantes com chope artesanal.

Bacanidade vai ao Cristo Redentor

O Projeto Bacanidade, da Secretaria Municipal do Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida, levou cerca de 30 idosos moradores do Rio de Janeiro para um passeio no Cristo Redentor nesta quarta-feira (17). Muitos visitaram o cartão-postal pela primeira vez. Para o

secretário Felipe Michel, o objetivo do projeto é “garantir que os idosos tenham acesso a experiências únicas, que reforcem a autoestima, a inclusão e a alegria de viver”. Com o Bacanidade, a prefeitura busca se aproximar dos idosos, gerando mais qualidade de vida.

Alerj aprova Pacote de Enfrentamento ao Crime

PEC-RJ proposto por Rodrigo Bacellar teve 12 emendas

Por Paula Vieira

Nesta quarta-feira (17), a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) aprovou em discussão única e com regime de urgência o substitutivo do Pacote de Enfrentamento ao Crime (PEC-RJ) com as 12 emendas enviadas pelos parlamentares da Casa.

O projeto de Lei 5.908/25, de autoria do presidente da Alerj, Rodrigo Bacellar (União), conta com uma série de medidas que visam o fortalecimento da segurança pública no estado, por meio do reforço da efetividade penal. Agora, o PL segue para sanção ou veto do governador Cláudio Castro.

Mais cedo, o PEC foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça da Alerj e um acordo com o presidente da CCJ, Rodrigo Amorim (União), definiu a apresentação das emendas em plenário. A aprovação acontece após discussão na última terça-feira (9), quando o texto recebeu 65 emendas e saiu de pauta.

“Quem ganha é a segurança pública do Estado. Não existe mágica nem salvador da pátria. O que existe é trabalho conjunto e soma de esforços para garantir que



Brunno Dantas e Felipe Cavalcanti/TJRJ
O presidente da Alerj, deputado estadual Rodrigo Bacellar, conquistou aprovação do PEC

o cidadão viva com mais segurança. Fizemos o nosso trabalho e nos debruçamos sobre essa matéria nos últimos meses”, disse Bacellar.

Entre os pontos do PEC estão a criação do Sistema Estadual de Cerco Eletrônico Inteligente (SISCEI/RJ), que usará inteligência artificial para monitorar egressos reincidentes em crimes violentos, além da restrição de

visitas íntimas para condenados por crimes hediondos e da possibilidade de cobrança parcial de custos carcerários, conforme a renda do preso. O texto também prevê internação mínima de dois anos para adolescentes infratores graves.

A proposta teve apoio de parlamentares da base governista e também de nomes da oposição,

como Márcio Gualberto (PL) e Dani Monteiro (PSOL), que defenderam ajustes em pontos específicos. O projeto ainda recebeu elogios, como na fala do deputado Luiz Paulo (PSD).

“O projeto motivou a todos. Um projeto receber emenda deve ser objeto de satisfação, porque todos participaram”, disse o deputado.

Mudanças na Polícia Civil

Audiência pública na Alerj debate medidas nesta quinta-feira

Nesta quinta-feira (18), a Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) realiza, às 14h, a audiência pública conjunta sobre os projetos do pacote de medidas para a Polícia Civil, enviado pelo governador Cláudio Castro (PL). Além da secretaria estadual do órgão, foram convidadas oito entidades representantes que representam a categoria.

A audiência foi convocada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e será realizada juntamente com as comissões de Direitos Humanos, Segurança e Servidores. Foram convidadas a Secretaria Estadual de Polícia Civil (Sepol-RJ), a Associação dos Peritos Papiloscopistas (Appol-RJ), a Coligação dos Policiais Cíveis (Colpol-RJ), o Sindicato dos Delegados de Polícia (Sindpol-RJ), entre outros.

As propostas foram debatidas em plenário por mais de duas horas na última semana e receberam quase 500 emendas, saindo da pauta. Um dos projetos, que promove a reestruturação do quadro permanente da instituição, recebeu 347 emen-



Divulgação
Representantes da Polícia Civil são esperados na audiência pública sobre novas medidas

das, contudo, o projeto de lei complementar que regulamenta a Lei Orgânica da Polícia Civil, recebeu 146 emendas.

Uma das principais mudanças no plano de reestruturação da corporação é a criação do cargo de oficial de Polícia Civil, que unifica as funções de inspetor, oficial de cartório e investigador, além da junção das posições de técnico e auxiliar de necropsia,

que criarão o posto de técnico de polícia científica.

Assim, o órgão passará a ter sete cargos: delegado, perito legista, perito criminal, perito papiloscopista, piloto policial, oficial de polícia civil e técnico de polícia científica. A medida prevê outras mudanças nos benefícios e gratificações dos agentes.

O PL complementar define novos critérios para a nomea-

ção de cargos de liderança e promoção de agentes da Polícia Civil, incluindo posições no Conselho Superior de Polícia, além de regulamentar o pagamento de vencimentos, adicionais e gratificações aos servidores, com valores e regras de aplicação que consideram a complexidade, os riscos e a responsabilidade das funções diretamente exercidas.

Alerj cria frente pelas favelas e periferias

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) instalou, nesta semana, a Comissão Especial das Favelas e Periferias. O colegiado, presidido por Renata Souza (Psol), tem como missão propor e monitorar políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades sociais. A deputada Dani Balbi (PCdoB) assume a vice-presidência e Flávio Serafini (Psol), a relatoria. Os deputados Zeidan (PT) e Carlos Minc (PSB) também integram o grupo.

Criada por requerimento aprovado pela Casa, a Comissão terá prazo inicial de 120 dias, prorrogável por mais 90, e apresentará um relatório com diagnósticos e propostas. Para Renata Souza, o objetivo é dar

protagonismo às comunidades. “Essa Comissão vem trazer a oportunidade de voz para a população periférica. O CEP da pessoa não pode determinar se ela terá dignidade ou não”, afirmou a deputada, ao destacar o diálogo com a Secretaria Nacional de Periferias, do Ministério das Cidades.

Dados do Censo de 2022 mostram que o Estado tem 1.724 favelas, onde vivem mais de dois milhões de pessoas, em meio a carências de saúde, educação, habitação e transporte. Para Dani Balbi, é preciso “mapear as ausências que impactam essas comunidades por conta da omissão do poder público”. Serafini ressaltou que são “lugares que deveriam ser prioridades em políticas públicas”.

CCJ da Alerj aprova projetos de Castro

A CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Alerj aprovou, nesta quarta-feira (17), a constitucionalidade de dois projetos do governo Cláudio Castro (PL). O primeiro cria o novo Refis estadual, que permite refinanciamento de dívidas tributárias, incluindo ICMS, com perdão de até 95% de juros e encargos para pagamentos à vista. Ele também prevê parcelamentos com descontos variáveis e uso de precatórios para abater débitos. O governo estima arrecadar entre R\$ 2 e R\$ 3 bilhões com o programa.

“É uma oportunidade para dar fôlego financeiro aos contribuintes e regularizar dívidas com o estado”, afirmou Rodrigo Amorim (União), presidente da CCJ, que, junto a Vinicius

Cozzolino, Fred Pacheco, Alexandre Knoploch e Chico Machado, votou pela aprovação. Luiz Paulo (PSD) e Erika Takimoto (PT) também deram o aval, mas com emendas que não foram incorporadas.

O segundo projeto aprovado prevê o uso de recursos de royalties do petróleo para quitar dívidas públicas com a União, mantendo limites. Assim, só serão utilizados caso não haja déficit no Rioprevidência e estejam dentro do limite dos repasses feitos à previdência nos últimos dez anos. Luiz Paulo criticou, dizendo que “a medida descapitaliza o fundo previdenciário e coloca em risco aposentados e pensionistas”, mas a proposta seguiu com maioria favorável e vai para o plenário.

CORREIO DA BAIXADA

POR PEDRO SILVESTRE



Turma do PrePara o Futuro reúne jovens de 16 a 18 anos

Curso preparatório para jovens de São João de Meriti

A Prefeitura de São João de Meriti deu início na terça (16), em parceria com o governo do Estado do Rio de Janeiro, ao projeto “Pre-Para o Futuro”, um curso gratuito voltado para jovens, de 16 a 18 anos, em situação de vulnerabilidade social e que vão prestar vestibular. As aulas serão realizadas na Escola Municipal Professor Jansen Pereira de Melo, de segunda a sexta-feira, das 13h30 às 17h, até 5 de dezembro.

A secretária municipal

Combate às desigualdades sociais

O programa é desenvolvido pela Fundação para a Infância e Adolescência (FIA) em parceria com a FUNRIO, e tem como objetivo oferecer formação técnica e acadêmica, apoio psicossocial e atividades voltadas para cidadania e direitos humanos. A coordenadora do curso, Maria Fernanda,

de Educação, Ciência e Tecnologia, Eneila Lucas, destacou que o projeto é um passo importante para os estudantes que estão concluindo o Ensino Médio e buscam oportunidades.

“Nossa meta é preparar nossos alunos para a faculdade e, posteriormente, para o mercado de trabalho. Fui professora de português e redação e, por muito tempo, vi sonhos se tornarem realidade, e é o que buscamos a partir de hoje”, afirmou.

explicou a iniciativa.

“Queremos aprimorar o futuro desses jovens para que consigam ter uma carreira e uma vida de sucesso. É uma oportunidade para mudar a vida de quem tem muito a viver, mas se encontra em situação vulnerável”, completou a coordenadora.



Fundec está com vagas abertas em cursos gratuitos

Fundec e Senai abrem 200 vagas de cursos em Caxias

A Fundec (Fundação de Apoio à Escola Técnica, Ciência, Tecnologia, Esporte, Lazer, Cultura e Políticas Sociais de Duque de Caxias), em parceria com o Senai-RJ, vai disponibilizar 200 vagas em seis cursos profissionalizantes gratuitos, a fim de fortalecer a inserção no mercado de trabalho de jovens e adultos do município. As inscrições estarão

abertas entre os dias 18 e 26 de setembro e deverão ser realizadas exclusivamente pelo site da Fundação: www.fundec.rj.gov.br.

Segundo o edital, os cursos são: Almoxarife, Assistente de Controle de Qualidade, Assistente de Operações em Logística, Eletricista Predial, Instrumentação Industrial e Mecânico de Manutenção.

Endereço dos cursos

Todos os cursos serão realizados na Unidade do Senai-RJ, localizada na Rua Arthur – Travessa Goulart, 124, no Centro de Duque de Caxias.

Ainda de acordo com o documento oficial da Fundec, a seleção dos participantes ocorrerá por meio de sorteio eletrônico.

Palavra da presidente

Ao final do processo, o (a) inscrito (a) deverá anotar e guardar o número de sua inscrição e, preferencialmente, imprimir o comprovante.

Comprometida em estimular a inserção no mercado de trabalho de jovens e adultos, a presidente da Fundec, professora Rose-

li Duarte, enfatiza que a parceria com o Senai-RJ democratiza o ensino e a transformação social.

“Esta iniciativa busca promover a formação cidadã, o desenvolvimento de competências técnicas e o estímulo à inserção social e profissional”, finalizou Roseli Duarte.

Núcleo de Educação Ambiental Vale do Ipê

Núcleo foi reaberto com homenagem ao servidor Cezar Marendaz

Um momento de emoção, reconhecimento e celebração foi vivido na reinauguração do Núcleo de Educação Ambiental Vale do Ipê, em Japeri. Durante a solenidade, o novo auditório passou a se chamar Fiscal Ambiental Cezar Marendaz, em homenagem ao servidor que deixou um legado de dedicação e compromisso com a proteção do meio ambiente no município.

Totalmente climatizado e decorado com arte em grafite, o núcleo se consolida como um importante instrumento de fortalecimento da consciência ecológica e de promoção de práticas sustentáveis entre crianças, jovens, adultos, escolas e instituições da região. O novo auditório vai possibilitar a realização de oficinas, projetos e atividades voltadas à preservação ambiental, estimulando o senso coletivo de responsabilidade com a natureza.

A secretária de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Meire Lucy, se emocionou ao anunciar a homenagem. Ela destacou que Cezar era uma pessoa especial para a secretaria e lembrou o início da trajetória profissional ao lado dele.

“Ingressamos juntos na fiscalização ambiental, em 2014, após o concurso público. Entrei no dia 16 de janeiro e ele no dia 24. Fo-



O novo auditório vai possibilitar a realização de oficinas, projetos e atividades ambientais

mos os dois primeiros colocados. Na época, ninguém sabia o que era fiscalização ou meio ambiente. E juntos fomos construindo esse caminho”, contou.

A homenagem também emocionou familiares do fiscal. A viúva, Luciana de Oliveira Cunha Marendaz, de 54 anos, esteve presente com as filhas Amanda e Bruna, além da sobrinha Karen Jéssica Tavares Marendaz.

“Fico muito grata pela lembrança. É uma honra fazer parte deste momento. Cezar faleceu em 2020, mas deixou sua marca como

fiscal ambiental dedicado e respeitado”, declarou.

Para o vice-prefeito Carlos Januário, o novo espaço representa muito mais do que uma estrutura física.

“É um ambiente de inspiração, onde lembramos de quem construiu esse caminho e renovamos nosso compromisso com a sustentabilidade”.

A reinauguração reuniu estudantes, ex-alunos e instituições parceiras. Alunos do 8º ano, do Colégio Cenecista Prof. Lina Monte Mór (CNEC) apresenta-

ram uma maquete sobre políticas públicas ambientais, destacando pontos de turismo ambiental em Japeri como o Pico da Coragem, a Pedra Lisa e as cachoeiras locais.

Instituições como a Águas do Rio e o Inea montaram estandes de educação ambiental, com oficinas e simulações sobre descarte correto do lixo e políticas públicas. Professores, coordenadores e estagiários também promoveram atividades interativas. O evento contou ainda com distribuição de mudas, cartinhas e material de conscientização ambiental.

Alunas de Mesquita vão à etapa nacional de convenção sobre o meio ambiente

Boas ideias são capazes de proporcionar grandes transformações. Em Mesquita, parte dessas ideias nascem nas salas de aula. Na última semana de agosto, as estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental, Daiane Baptista, da Escola Municipal Vereador Américo dos Santos, e Ellen Braz, da Escola Municipal Irena Sandler, foram selecionadas para participar da etapa nacional da VI Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente (CNIJMA), que ocorre em Brasília, em outubro. A seleção aconteceu após ambas se destacarem na apresentação de seus respectivos projetos voltados à conservação ambiental durante a etapa estadual da conferência, realizada entre os dias 25 e 27 de agosto, no Centro de Estudos do Sumaré, no Rio de Janeiro.

Os projetos possuem propostas distintas, mas objetivos em comum: promover a preservação do meio ambiente e o combate à poluição através de ações de conscientização ambiental. Intitulado “Vozes das Águas: Justiça Climática e Juventudes em Defesa dos Rios de Mesquita”, o projeto elaborado pelos estudantes da Escola Municipal Irena Sandler, no bairro Coreia, sob orientação da professora de Biologia Maria José Pinto, tem como objetivo incentivar o cuidado com os rios de Mesquita. Com base nesse plano, iniciativas de conscientização ecológica foram colocadas em prática dentro e fora das salas de aula.



Jovens estão no grupo que representará o estado do Rio

“Muitas pessoas não têm a noção de que as ações delas têm impacto no meio ambiente, às vezes pela falta de acesso a educação ambiental. Por isso, nosso objetivo é conscientizar as pessoas e propor soluções para o combate à poluição nos rios da cidade”, pontua Elen Braz, estudante escolhida para representar a escola na fase estadual da CNIJMA e também em Brasília.

O trabalho, que vinha ganhando forma há dois anos, partiu do reconhecimento dos próprios estudantes acerca dos problemas ocasionados pela poluição dos rios da cidade, como enchentes, proliferação de mosquitos e impactos nas mudanças climáticas. Essa

consciência ecológica é fruto dos trabalhos de educação ambiental desenvolvidos em sala de aula.

Enquanto isso, o trabalho apresentado na Escola Municipal Vereador Américo dos Santos, no Banco de Areia, evidencia a importância da coleta seletiva para o bem-estar coletivo, conforme propõe seu próprio nome: “Coleta seletiva: responsabilidade de todos”. O intuito é incentivar a prática de hábitos ambientalmente sustentáveis, principalmente no que se refere à produção e ao descarte de lixo. Para isso, são propostas ações como campanhas de conscientização e a implementação de um sistema de coleta seletiva na escola.

“Espero que a nossa ideia possa

Policlínica de Ambaí amplia horário de funcionamento em Nova Iguaçu

A Policlínica Regional da Família de Ambaí Dr. Marco Polo Gouveia agora funciona das 8h às 22h, passando a integrar a rede de policlínicas com horário estendido em Nova Iguaçu, junto com as de Santa Rita e Vila Operária. O novo turno vai beneficiar principalmen-

te trabalhadores, estudantes e moradores que só conseguem buscar atendimento após o expediente.

Consultas médicas e de enfermagem, atendimento odontológico, vacinação, distribuição de medicamentos, acompanhamento de doenças crônicas, pré-na-

tal, planejamento familiar e cuidados voltados à saúde da mulher, da criança e do idoso estão entre os serviços disponíveis à população por livre demanda.

O secretário municipal de Saúde, Luiz Carlos Nobre Cavalcanti, acompanhou o primeiro dia de funciona-

mento noturno e destacou a importância da ampliação.

“Essa iniciativa garante mais comodidade para quem precisa, aproximando a saúde da população e oferecendo a oportunidade das pessoas se cuidarem também à noite. Tenho certeza que a população vai aderir”, afirmou.

PETROPOLITANAS

POR REDAÇÃO

Divulgação HAC



Serão R\$ 829.276,81 em investimentos

HAC receberá investimentos da Enel Rio em 2026

O Hospital Alcides Carneiro (HAC) foi contemplado em um chamamento público da concessionária Enel Rio, e receberá investimentos para o próximo ano. O edital foi referente ao ano passado dará à unidade R\$829.276,81 em recursos para a substituição de lâmpadas e equipamentos de ar condicionado, além da instalação de um sistema

fotovoltaico. Atualmente o projeto está em andamento e em validação do termo de cooperação com o hospital e em seguida, será firmado o contrato de prestação de serviços com a AM-BIO, empresa contratada pela Enel Rio para realização dos serviços de instalação no hospital. A previsão de realização do projeto é para o primeiro semestre de 2026.

Itens substituídos

No HAC serão substituídas 1538 Lâmpadas, 23 Condicionadores Ambientais e instalar um sistema de Fontes Incentivadas com 90 módulos fotovoltaicos, diminuindo o custo de energia da unidade. O projeto não terá custos para o hospital e será 100% financiado pelos recursos

do programa de eficiência energética. Os itens substituídos serão encaminhados para uma unidade de reciclagem. Além de Petrópolis, outra unidade do Estado foi contemplada por meio do chamamento público do ano passado. A concessionária abre o edital todos os anos.

Divulgação



Inscrições seguem abertas até o dia 21 de setembro

Corrida do Bramil abre inscrições para 2025

Estão oficialmente abertas as inscrições para a Corrida do Bramil – 1ª etapa de 2025, que será realizada no domingo, 28 de setembro, em Petrópolis. A largada está marcada para 7h30, com concentração na Casa de Educação Visconde de Mauá, tradicional ponto de turístico da cidade. As inscrições podem ser feitas até o dia 21, exclusivamente pelo

site corridao.com. A prova contará com três distâncias: 8,5 km (para maiores de 16 anos); 2 km (corrida aberta) e categoria infantil, com distâncias variadas conforme a idade dos participantes. Além de promover o esporte, a Corrida do Bramil também tem se consolidado como um movimento de bem-estar e qualidade de vida na região.

Kit do atleta

O kit do atleta inclui camisa em poliamida e brindes exclusivos. Vale lembrar que, descontos de 50% são aplicados para pessoas com 60 anos ou mais; menores de 15 anos; e pessoas com deficiência, mediante envio de documentação para o e-mail inscricoes@vidativamkt.com.br.

tivamkt.com.br. Todos os atletas que concluírem a prova receberão medalha de participação. Em Petrópolis, a prática da corrida de rua vem ganhando cada vez mais adeptos, sendo reconhecida como uma atividade acessível, que traz benefícios físicos, mentais e sociais.

Premiação

A Corrida do Bramil promete movimentar as ruas da Cidade Imperial com espírito esportivo, inclusão e incentivo à saúde. Um evento para atletas profissionais, amadores, crianças, famílias e pessoas com deficiência – todos unidos pelo esporte. A pre-

miação inclui troféus para: Top 5 Geral (Masculino e Feminino); Top 5 Geral PCD (Masculino e Feminino); Top 3 por faixa etária, a partir da categoria Sub-19 até 80+; Maior equipe (Masculino e Feminino) e Maior equipe PCD (Masculino e Feminino).

PETROPOLITANO

Audiência na 4ª Vara aborda risco cirúrgico e fila de espera

Sessão é um desdobramento de uma ação do Ministério Público

Johnnata Joras/CM

Por Gabriel Rattes e Johnnata Joras

A audiência realizada na 4ª Vara Cível de Petrópolis nesta terça-feira (16), para discutir o atendimento ortopédico no Hospital Santa Teresa (HST), trouxe números e comparações que revelam a gravidade da situação na saúde pública da cidade. Segundo informações apresentadas durante a sessão, a fila de cirurgias ortopédicas no HST conta atualmente com 267 pacientes. Um dos problemas destacados é que muitos exames pré-operatórios acabam perdendo a validade devido ao tempo de espera.

O juiz Jorge Luiz Martins, responsável pela audiência, fez uma comparação com o Hospital Alcides Carneiro (HAC), que enfrenta uma fila ainda maior: 1.070 pacientes aguardando cirurgias. O magistrado também citou os mais de 20 mil procedimentos pendentes, entre exames e operações, no sistema de saúde da cidade como um todo. Além do juízo, participaram da reunião: o prefeito de Petrópolis Hingo Hammes; o secretário de Saúde, Luiz Cruzick; a promotora Vanessa Katz; e representantes do HST.

Casos complexos

O coordenador de Ortopedia do hospital explicou que os casos de trauma têm se tornado cada vez mais complexos, exigindo internações prolongadas e, em alguns casos, mais de uma cirurgia no mesmo paciente.

Pedido do MPRJ

A promotora Vanessa Katz, do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ),



Fila de espera no HST é de 267 pacientes, enquanto a do Alcides Carneiro é de 1.070

solicitou esclarecimentos sobre aditivos do convênio firmado entre a Prefeitura e o HST para o atendimento de pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), antes da homologação judicial.

Apesar do longo debate, que durou mais de cinco horas, nenhuma decisão foi tomada. O despacho judicial deve ser publicado nos próximos dias.

Entenda o caso

A audiência desta terça-feira (17) é um desdobramento de um processo movido pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) contra a Prefeitura de Petrópolis e o Hospital Santa Teresa (HST) para redução das filas ortopédicas no município, iniciado em 2023. Recentemente, o juiz Jorge Luiz Martins determinou um termo aditivo ao convênio, prevendo

o repasse de pouco mais de R\$ 15 milhões para a realização de 272 cirurgias ortopédicas, além de serviços como consultas e exames na especialidade.

É importante lembrar que, no dia 22 de maio de 2025, a Prefeitura anunciou a renovação do convênio com o HST para atendimento de pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) na cidade. O convênio foi renovado por mais 24 meses e encaminhado para homologação na 4ª Vara Cível de Petrópolis. Na época, a prefeitura informou que o processo se arrastava desde 2023 e que foi necessário negociar o parcelamento de débitos que somam R\$ 14,7 milhões para viabilizar a renovação.

O que diz a Prefeitura?

A Prefeitura de Petrópolis foi questionada sobre o

número de pacientes na fila de cirurgia e informou que herdou essa ação da renovação hospital da antiga gestão. “Em poucos meses e muito esforço alinhamos a renovação do convênio, inclusive com a realização de mutirões de cirurgia nos finais de semana com o objetivo de diminuir as filas. O município apresentou à justiça um plano de trabalho detalhado para a utilização dos recursos”, disse.

“A prefeitura tem se empenhado para garantir o atendimento de saúde de qualidade mesmo enfrentando uma grave crise financeira. Estamos buscando recursos externos, como emendas parlamentares e co-financiamentos com os governos estadual e federal para superar as dificuldades”, completou em nota.

MPRJ recomenda que Prefeitura regularize merenda escolar

Leandra Lima/CM

Por Gabriel Rattes

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) recomendou à Prefeitura de Petrópolis que regularize, em até 24 horas após ser notificada pela recomendação, o fornecimento da alimentação escolar na rede municipal de ensino. O documento, emitido no último dia 10 de setembro de 2025 e assinado pela promotora de Justiça Vanessa Quadros Soares Katz, aponta denúncias de falta de merenda e alimentos básicos nas escolas, situação já noticiada pelo Correio Petropolitano no início de setembro.

A Recomendação nº 001/2025 estabelece ainda que o município deve garantir a continuidade do abastecimento e alterar a proposta de Lei Orçamentária para 2026, prevendo recursos suficientes para atender à demanda. Caso a Prefeitura não cumpra, poderá ser alvo de uma Ação Civil Pública.

Segundo o documento, o município deve:

- Restabelecer imediatamente o abastecimento da merenda escolar;
- Manter a regularidade no fornecimento dos alimentos;
- Alterar a proposta de lei orçamentária de 2026, incluindo recursos suficientes para garantir a alimentação dos estudantes no próximo ano, conforme as estimativas do Conselho de Alimentação Escolar (CAE).



Vereadora Júlia Casamasso alerta para possível crise

O MPRJ também determinou que a Prefeitura apresente, em até 24 horas, documentos que comprovem a regularização da merenda nas escolas.

A promotoria destacou que a alimentação escolar é um direito garantido pela Constituição e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que determinam que o Estado deve assegurar programas suplementares, como transporte, material didático e merenda.

Orçamento insuficiente para 2026

Em Petrópolis, a crise da alimentação escolar pode se repetir no próximo ano com a proposta da Lei Orçamentária Anual (LOA). O orçamento prevê apenas R\$ 15 milhões para a merenda, valor proveniente exclusivamente de repasses federais do Programa Nacional de Ali-

mentação Escolar (PNAE) e de royalties, sem qualquer incremento municipal.

O montante é considerado insuficiente pelo Conselho de Alimentação Escolar (CAE), que estima em até R\$ 40 milhões o valor necessário para garantir refeições durante todo o ano letivo.

Vereadora já havia alertado

De acordo com Casamasso, ela já havia apresentado emendas à LOA em 2024 para ampliar os recursos destinados à merenda, mas todas foram rejeitadas. Na época, afirmou ter alertado que a falta de investimento colocaria em risco a segurança alimentar de milhares de estudantes, muitos dos quais dependem da refeição escolar como principal ou única refeição do dia.

“Avisamos no ano passado,

tentamos corrigir, foi apontado que haveria um plano B. Até agora não temos alternativa e enfrentamos uma crise que já havia sido anunciada. O Executivo não pode repetir o mesmo erro, é preciso garantir a destinação orçamentária”, reforça Júlia.

Segundo o CAE, já foram gastos recursos insuficientes para atender à demanda em 2025, e os estoques de alimentos estão no limite. Faltam produtos básicos como feijão, óleo, açúcar, leite e até fórmula infantil, essencial para crianças menores. O Conselho calcula que seriam necessários R\$ 20 milhões para encerrar as dívidas e garantir a merenda até dezembro, mas a Prefeitura liberou apenas R\$ 2 milhões em crédito suplementar.

Prefeitura afirma que serviço está regularizado

Procurada pela redação do Correio Petropolitano, a Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Petrópolis respondeu que o fornecimento da merenda escolar na rede está regularizado. “O estoque atual está assegurado e as entregas semanais de gêneros alimentícios seguem normalmente em todas as unidades. A pasta acompanha de forma contínua a distribuição e reforça que não há risco de desabastecimento até o encerramento do ano letivo, garantindo a oferta regular das refeições aos estudantes”.

TERESOPOLITANAS



Corrida terá apoio da Guarda Civil

Evento ‘Onda Verde’ não afetará trânsito, diz prefeitura

Com realização do Conselho Regional de Educação Física da 1ª Região RJ/ES, o evento ‘Onda Verde’ será promovido neste sábado (20) e terá o apoio da Prefeitura de Teresópolis. A concentração será no Ginásio Pedrão, a partir das 8h, com saída para a caminhada às 8h30, em direção à Praça

Olimpica, seguindo pelas avenidas Feliciano Sodré e Lúcio Meira. A caminhada contará com a parceria de agentes da Guarda Civil, que acompanharão o deslocamento dos participantes pela faixa lateral das vias. Ressaltando que não será necessário desvio ou interdição de trânsito.

Parecer I

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-RJ) votou pelo parecer prévio as contas da prefeitura de Teresópolis referentes ao exercício de 2023. O documento foi votado em sessão no dia 20 de agosto.

Parecer II

O documento foi apresentado também em sessão legislativa na Câmara nesta terça-feira (16), e foi encaminhado para a Comissão de Finanças da casa. Todos os vereadores receberam uma cópia do documento.

Judô I

Teresópolis será o palco da 4ª Etapa do Circuito Hajime de Judô, um dos principais eventos da modalidade no estado do Rio de Janeiro. A competição será realizada nos dias 4 e 5 de outubro.

Judô II

Organizado pela Federação de Judô do Estado do Rio de Janeiro (FJERJ), com o apoio da Prefeitura, o Circuito Hajime tem como objetivo promover o judô de base e incentivar a prática esportiva.

Show em Teresópolis será mantido após decisão do TJRJ

A Promotoria informou que avalia se vai recorrer da decisão

Por Redação

A 3ª Vara Cível de Teresópolis negou o pedido de liminar do Ministério Público para suspender o show do cantor Leonardo, previsto para ser realizado no próximo domingo, dia 21 de setembro, na Feira do Produtor Rural, em Teresópolis. A 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Teresópolis informou que avalia a possibilidade recurso.

R\$ 800 mil em show

A principal polêmica em relação ao show do sertanejo é o valor dispensado pela contratação: R\$ 800 mil. Isto porque, a Prefeitura Municipal atuava sob um decreto de Estado de Calamidade Financeira há pouco mais de quatro meses.

De acordo com o MPRJ, a ação tem como justificativa o fato do município de Teresópolis ter decretado recentemente o estado de calamidade, reconhecendo dívidas de aproximadamente R\$ 700 Milhões. Como justificativa da ação, MPRJ aponta o município usa o argumento de ‘falta de dinheiro’ junto ao ente ao não cumprir a implementação de políticas



Arquivo

MP alega que o município saiu recentemente do decreto de calamidade financeira

públicas básicas de saúde e em assistência social, além do não pagamento aos credores.

“Não se trata de impedir manifestações culturais, mas de coibir gastos desproporcionais enquanto serviços básicos permanecem desassistidos”, justificou o promotor de Justiça Rafael Luiz Lemos de Sousa na ação contra o município.

A contratação foi publicada no diário oficial do município do último dia 8 de setembro, a pedi-

do da Secretaria de Turismo. A apresentação do cantor está prevista para o último dia do evento, ou seja, dia 21, às 23h.

O que diz o município?

Ao Correio Petropolitano, a Prefeitura de Teresópolis disse que o valor da contratação do show do cantor Leonardo segue o padrão de valores cobrados por apresentação de artistas consagrados nacionalmente e que, mesmo ainda em dificul-

dade financeira deve continuar com a prestação dos serviços públicos à população, inclusive, proporcionando eventos culturais, de lazer e entretenimento.

Em nota, a 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Teresópolis informa que está ciente da decisão do TJ-RJ negando o pedido de liminar apresentado pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, e que avalia a possibilidade de recurso.

Prefeitura de Nova Friburgo tenta suprimir vale-transporte em dinheiro

Arquivo Correio da Manhã

Por Leandra Lima

A Prefeitura de Nova Friburgo pretende suprimir o pagamento do vale-transporte dos servidores municipais em “pecúnia”, ou seja, em forma de depósito monetário na conta dos funcionários. A justificativa do Executivo é a adoção de medidas modernas e seguras conforme expressam, passando a oferecer o valor integralmente no cartão “Partiu”, um novo sistema de bilhetagem eletrônica que substitui o RioCard. Diante do exposto, a categoria não recebeu bem a notícia, alegando que a medida favorece as empresas de transporte.

No projeto enviado para apreciação da Câmara Municipal, o município buscava alterar o artigo 4º da Lei Municipal 4.849, de 22 de dezembro de 2021, que regulamenta a concessão do auxílio em dinheiro pela administração pública. [...] “A proposta visa a adoção de meios seguros e rastreáveis para a concessão do benefício, como cartões eletrônicos, garantindo maior controle, eficiência e transparência na aplicação dos recursos públicos. Tal modificação busca harmonização da legislação municipal às normas federais e às boas práticas de gestão pública, reduzindo riscos de fraude e desvio de finalidade” [...], trecho do projeto.

Críticas

Apesar do argumento da Prefeitura, os servidores públicos não receberam bem a notícia, pois há muitos que utilizam



Após críticas dos parlamentares, a prefeitura alterou parte do projeto

do benefício para custear despesas do próprio veículo, usado como transporte de locomoção até o posto de trabalho. Diante disso, o Sindicato Estadual de Profissionais de Educação (SEPE) se posicionaram contra a ação considerada por eles um favorecimento aos empresários do transporte. “Assim, muitas escolas e profissionais da educação serão prejudicados, especialmente aqueles que atuam em unidades de difícil acesso e os que cumprem hora-aula em mais de uma escola no mesmo dia ou no mesmo turno e que utilizam o auxílio transporte para ajudar no abastecimento de veículos próprios. O Prefeito Johnny Maycon partiu para favorecer o empresariado do transporte e não se preocupou com trabalhadores e trabalhadoras”, expressou o SEPE em nota publicada nas redes sociais.

O sindicato levantou ainda os problemas com os ônibus que circulam no município, destacando a irregularidade de horário e infraestrutura, que causam quebras repentinas, conforme expressam os usuários. “Os ônibus quebram, ou comem o horário e fica um espaço. Trabalho em dois turnos e moro em um local de difícil acesso, já com meu próprio veículo é difícil manter sem então quase impossível” comentou uma servidora que não será identificada.

Além dos servidores, vereadores também criticaram a medida. Cláudio Damião (PT), destacou que a ação pode ser prejudicial, e protocolou uma emenda parlamentar para que seja dado o direito de escolha aos beneficiários. “O mandato protocolou uma emenda ao

projeto em que o servidor possa escolher se quer em dinheiro ou em cartão. É possível e razoável essa medida”, disse.

Já a vereadora Maiara Felicia (PT) ecoou as mesmas palavras, ressaltando que há servidores que residem em municípios vizinhos, algo que foi estimulado no concurso público, que se a medida for adotada ficariam prejudicados.

Repercussão

Após repercussão negativa, a Prefeitura alterou algumas partes do projeto, implementado a emenda do parlamentar Cláudio Damião. Então com a nova configuração, o servidor poderá escolher como deseja receber o vale, ou seja, direto na conta ou no cartão “Partiu”. Com ressalva os concursados que moram em outro município, tendo que aceitar o valor integralmente no cartão.

Perguntada sobre a intenção de transformar o processo do auxílio, a Prefeitura informou não pretende extinguir o pagamento em pecúnia, mas sim, implantar alternativas de pagamento, entre elas, o pagamento do benefício através do cartão.

CORREIO SERRANO



CIRCUITO EM AREAL

Aconteceu no último domingo (14/09) o 1º Desafio da Padroeira Mountain Bike, um evento esportivo, em homenagem a padroeira da cidade, que reuniu cerca de 200 atletas, nas categorias masculino e feminino



Divulgação

Evento foi neste domingo

e proporcionou momentos de muita adrenalina em meio a trilhas e paisagens deslumbrantes do município. O evento ofereceu cronometragem por chip, pontos de hidratação, alimentação e suporte médico durante todo o trajeto.

Bens dos candidatos

Na Corrida pela cadeira do executivo de Três Rios, entre os cinco candidatos com o maior valor de bens apresentados à Justiça Eleitoral, está o atual prefeito interino e também candidato, Jonas Dico (Podemos), com R\$ 847.000,00 em

bens, seguido por Juarez da Saúde (Solidariedade), com R\$ 380.758,66, Professor Anderson Muriçoca (PRD), com R\$ 125.000, Bia Bogossian (PSD), com R\$ 101.752,00 e por fim, Jorge Almeida (Democracia Cristã), com R\$ 30.250,00.

Audiência

A Prefeitura de Areal, por meio da Secretaria de Fazenda e Planejamento e da Controladoria Geral, realizará uma Audiência Pública de apresentação e discussão dos Programas, Ações e Metas previstas no Projeto de Lei do Plano Plurianual (PPA) para 2026/2029.

Emprego

A Prefeitura de Três Rios divulgou novas vagas de trabalho formal. Por meio do TR+Emprego são oferecidas oportunidades para caixa, auxiliar financeiro, gerente de venda, entre outras. A candidatura pode ser feita no site do município ou presencialmente.

Carnaval

O Prefeito de Paraíba do Sul, Júlio Canelinha, realizou uma reunião com a Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro (Liesa). O encontro teve como objetivo a realização do ‘carnaval de inverno’ no município.

Campanha

A Secretaria do Bem-Estar e Proteção Animal de Nova Friburgo promove no próximo sábado (20), uma nova campanha de adoção de cães. A ação será realizada das 10h às 14h, no Espaço Arp (próximo ao espaço pet), no Centro.

Nova Friburgo recebe ‘TCE Presente’

Nova Friburgo será palco da edição regional do “TCE Presente – Mais orientação, menos punição”, no dia 25 de setembro, das 9h30 às 13h, no Teatro Municipal Laercio Rangel Ventura. Promovido pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), o evento vai reunir gestores e servidores públicos de toda a Região Serrana Fluminense em um grande en-

contro de conhecimento, troca de experiências e fortalecimento da gestão pública.

Com uma programação dinâmica, o público terá acesso a palestras e debates sobre temas estratégicos para a administração pública, além de conhecer o papel fundamental da Escola de Contas e Gestão (ECG/TCE-RJ). Entre os nomes confirmados estão o conselheiro-presidente do TCE-

-RJ, Márcio Pacheco; o presidente do Conselho Superior da ECG, conselheiro Marcelo Verdini; a secretária-geral de Controle Externo, Patrícia Rodrigues Fernandes de Oliveira; e o conselheiro e vice-presidente do TCE-RJ, Tiago Pampolha, ex-vice-governador do Estado.

Participarão representantes de 14 municípios da região, como Bom Jardim, Cachoeiras de Ma-

cacu, Nova Friburgo, Cordeiro, Teresópolis, entre outros. Será uma oportunidade única para se atualizar, trocar experiências e fortalecer a transparência e a eficiência da gestão pública.

As inscrições são gratuitas e podem ser feitas até 24 de setembro pelo link: <https://www.tcerj.tc.br/portalecg/pagina/cursos?curso=2767>. Garanta sua vaga e faça parte dessa transformação!

CORREIO DO VALE

POR ANA LUIZA ROSSI



Divulgação/Câmara de Angra

Participantes pediram pela continuidade das obras

Audiência defende retomada de usina: ‘Queremos Angra 3!’

Após mobilizações, aconteceu a Audiência Pública na Câmara de Angra dos Reis para tratar sobre a retomada da não concluída usina nuclear Angra 3, cujo projeto segue em impasse devido aos altos custos. O evento contou com a presença de diversas autoridades, persona-

lidades e claro, a presença do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Energia Elétrica (Stiepar) de Angra e Paraty, junto a representantes da Nuclep, que atende ao Programa Nuclear Brasileiro. A resposta durante a audiência ficou clara: ‘Queremos Angra 3’.

Fator empregabilidade

Sob presidência do vereador Dudu do Turismo, a audiência, que aconteceu nesta terça (16), defendeu que os interesses da população, de modo geral, estão voltados para a retomada das obras,

especialmente pelo fator da empregabilidade. Um dos convidados para falar foi o deputado estadual Marcelo Dino, que destacou que Angra 3, mesmo parada, gera cerca de 400 empregos.

Gastos de R\$1 bilhão anuais

“Se ela voltar as obras e o Governo Federal entender a importância que tem para o nosso país, serão geradas a partir de 3 mil vagas. Em 2015 ela parou e o gasto com ela parada é mais de R\$1 bilhão.

Angra 3 funcionando, há o dobro da capacidade de Angra 1. Não dá para entender o porquê disso estar parado”, pontuou o parlamentar durante seu discurso na tribuna do plenário.



Divulgação/Câmara de Angra

Conversa definiu possibilidade de nova audiência na Alerj

Presidente do Stiepar irá até Brasília buscar apoios

O presidente da Stiepar, Cassio Tilico, também salientou que ‘Angra 3 é possível’ e decidiu aproveitar a presença dos vereadores, autoridades e entidades presentes para assinar uma carta aberta. O objetivo é sensibilizar algum nome em Brasília, durante viagem que irá fazer ao lado do diretor Augusto Emilio. Aliás, du-

rante o encontro, foram enviados representantes tanto do deputado federal Julio Lopes, quanto de Lindbergh Farias, que estão acompanhando os desdobramentos. Lindbergh chegou a enviar um vídeo ao Stiepar: “Defender a continuidade das obras de Angra 3 é defender a soberania nacional”, destacou.

Sem brigas... mas com cutuque

O vereador Sargento Thimóteo aproveitou para defender a continuidade das obras, mas também para alfinetar o atual prefeito de Angra dos Reis, Claudio Ferreti. “Não temos que ter briga de partidos, aqui é retomada de emprego. Eu espero que o Governo Federal, man-

dando verbas para retomar as obras, o Ferreti não obedeça o Fernando Jordão e embarreire de novo a construção. A obra foi embargada e mais de 200 peões ficaram desempregados”, disse, também citando sobre o ex-prefeito da cidade que fez Ferreti sucessor.

Nova audiência na Alerj

O mais curioso é que, logo depois, o ex-prefeito apareceu em uma exibição de vídeo apoiando as obras. Ao final da audiência, Dudu do Turismo realizou a leitura do requerimento em que solicita a possibilidade de realizar uma audiência pública na Alerj sobre a usina nuclear

Angra 3, protocolada junto a Marcelo Dino. “Não se tem soberania nacional se um país não é capaz de produzir sua energia. Precisamos de Angra 3 porque ela garante que o setor nuclear se viabilize do ponto de vista econômico”, concluiu o ex-deputado federal Luiz Sérgio.

REGIÃO DO VALE

Mutirão oferece mais de 100 vagas de empregos

Ofertas em Valença e incluem indústria, comércio e setor rural

Tatiana Fortes/Governo Ceará



Vagas de emprego serão oferecidas em Valença durante mutirão na Rua dos Mineiros

A Prefeitura de Valença promoveu neste sábado, 13 de setembro, a primeira edição do Mutirão do Emprego, realizada na Rua dos Mineiros, das 9h às 13h. O evento teve como objetivo aproximar empresas e trabalhadores, gerando oportunidades de contratação e fortalecendo o mercado de trabalho local.

Além da oferta de mais de 100 vagas em diferentes áreas — como indústria, comércio e setor rural — os participantes também tiveram acesso a serviços de confecção de currículos, orientação profissional e dicas de como se portar em entrevistas, ampliando as chances de inserção no mercado. Cerca de 153 pessoas foram atendidas durante o mutirão e 124 delas foram encaminhadas para as entrevistas com empresas nesta terça-feira, dia 16.

“Esse é objetivo do Governo Presente, estar alinhado às demandas do município, tanto para quem está buscando uma oportunidade de trabalho, quanto para os empresários que necessitam de mão de obra. O mutirão foi um sucesso. Vamos seguir avançando com diálogo e oportunidades para todos”, afirmou o prefeito Saulo Corrêa.

Para o secretário de Desenvolvimento Econômico, Haroldo Filho, a ação representa muito mais do que a simples abertura de vagas.

“O Mutirão é uma oportunidade para mostrar à população que existem empregos disponíveis e que, muitas vezes, o que falta é apenas qualificação ou um direcionamento profissional. Nosso papel é aproximar as empresas dos trabalhadores e criar esse ambiente de oportunidades. Quando vemos tanta gente sendo atendida e encaminhada, temos a certeza de que estamos no caminho certo”, destacou.

Entre os participantes, a expectativa era de conquistar uma nova chance no mercado de trabalho. Rafael Ferreira, desempregado há pouco mais de um mês, relatou que chegou

ao mutirão cheio de esperança. “Eu achei a iniciativa ótima, realmente estava precisando de uma oportunidade. Já participei da primeira entrevista e fui chamado para a segunda etapa. Agora é esperar e confiar que vai dar tudo certo. Dei uma olhada nas vagas e várias me interessaram bastante”, contou.

Patrícia, que busca o primeiro emprego formal após concluir a faculdade, também avaliou a iniciativa como fundamental. “Eu já fiz estágio na área administrativa, mas ainda não consegui um emprego fixo. Espero que hoje apareça alguma chance”, comentou.

Já Gerson, que trabalhou

como vigia até 2020, disse ver o mutirão como uma oportunidade real de retomada. “Estou tentando voltar para a área de vigilância noturna e acho que iniciativas como essa são muito importantes. Se uma parte das pessoas que vieram já conseguir uma oportunidade hoje, já é uma grande vitória”, pontuou.

O Mutirão do Emprego reflete o compromisso do governo em incentivar a geração de empregos e impulsionar a economia de Valença, oferecendo não apenas vagas, mas também ferramentas para que os trabalhadores possam se preparar melhor para os desafios do mercado.

Parceria garante oportunidades

A Prefeitura de Barra Mansa, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, através da plataforma do Balcão de Empregos, e a Companhia de Desenvolvimento de Barra Mansa firmou uma parceria com o Centro Universitário de Barra Mansa (Nova UBM) para ampliar as oportunidades de inserção profissional de estudantes. A ação vai permitir que os acadêmicos tenham acesso direto a vagas de emprego, temporárias e estágios, facilitando a transição

da formação acadêmica para o mercado de trabalho.

Lançado pela Prefeitura, o Balcão de Empregos é uma plataforma digital que conecta empresas e candidatos de forma prática e ágil. Além de disponibilizar vagas on-line, o serviço promove Feirões de Emprego presenciais, reunindo em um só espaço estudantes, profissionais e empregadores.

O reitor da Nova UBM, Bruno Lemos, destacou a importância da iniciativa para ampliar as possibilidades de

carreira dos estudantes e fortalecer o papel social da instituição. “Estamos oferecendo aos nossos alunos uma oportunidade concreta de inserção no mercado de trabalho. Essa ponte é fundamental para que eles possam colocar em prática o que aprendem em sala de aula e contribuir diretamente com o desenvolvimento da região. Dentre as ações, estão a importante participação da Liga Acadêmica de Recursos Humanos e Talentos, por meio dos estudantes que irão auxiliar

em atividades como aproximação com as empresas”, frisou Lemos.

Para o secretário municipal de Desenvolvimento Econômico, Tecnologia e Inovação, Cesar Carvalho, a parceria reforça o alcance e o impacto da plataforma criada pelo município, consolidando-a como um canal eficiente de geração de oportunidades. A parceria com a Nova UBM reforça a missão do município em integrar educação, setor produtivo e desenvolvimento econômico.

Hemonúcleo busca doadores

O Hemonúcleo de Resende promove, neste sábado, dia 20, uma campanha especial de doação de sangue, com o objetivo principal de fortalecer o estoque e facilitar o acesso de voluntários que não conseguem comparecer durante os dias úteis. O atendimento será realizado das 8h às 11h, na unidade localizada na Avenida Marcílio Dias, nº 800, no bairro Jardim Jalisco.

A doação de sangue é um ato simples, rápido e capaz de salvar até quatro vidas com uma única bolsa coletada. A iniciativa reforça a importância da doação regular para a manutenção dos estoques e o atendimento de emergências. O Hemonúcleo de Resende atende demandas dos municípios de Resende, Itatiaia, Porto Real e Quatis.

Para doar, é necessário apresentar um documento oficial com foto, estar alimentado, pesar mais de 50 kg, ter entre 16 e 69 anos e estar em boas condições de saúde. Menores de 18 anos

podem doar acompanhados dos responsáveis legais ou com autorização formal.

A coordenadora do Hemonúcleo de Resende, Antônia Luciana, reforça o convite à população:

“É muito importante proporcionar essa oportunidade para a população fazer a doação no sábado, que é um dia diferenciado e facilita para quem não consegue doar durante a semana. Temos a constante demanda de manter o estoque suficiente, e ações como a deste sábado fazem parte dos esforços da equipe do Hemonúcleo para manter bons números - explicou Antônia.

Ainda segundo ela, embora alguns tipos sanguíneos estejam mais em baixa do que outros, todos são fundamentais para o estoque. Então, mesmo que o tipo sanguíneo da pessoa não esteja entre os de maior urgência, a doação ainda é muito importante.

Mais informações sobre o Hemonúcleo podem ser obtidas pelo telefone (24) 3381-4834.



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DO ESTADO DO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE AVISO - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 04/2025

A Secretaria do Estado do Ambiente e Sustentabilidade, através da Comissão de Licitação, por determinação judicial, comunica aos interessados o adiamento **"SINE DIE"** do Pregão Eletrônico n.º 004/2025, cujo objeto versa sobre a Prestação de serviços de manutenção e prevenção, objetivando o fortalecimento da resiliência dos corpos hídricos e suas intermediações frente a eventos climáticos no Estado do Rio de Janeiro, visando suprir necessidade da Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS), na forma estabelecida no Edital e seus anexos. A nova data será definida e amplamente divulgada por meio de publicação no Diário Oficial e nos demais meios previstos no edital. Demais informações através do e-mail licitacao.ambiente@gmail.com.



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO - AVISO

A Comissão de Contratação torna público a suspensão **Sine Die** por ordem superior da Concorrência Pública conforme abaixo:

CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 01/2025

DIA: 26/09/2025 - Hora: 11h00

TIPO: Menor Preço Global

OBJETO DA LICITAÇÃO: Contratação de empresa para execução das obras para reforma do teto acústico do Teatro João Caetano, unidade administrativa pertencente a FUNARJ., na forma estabelecida neste Edital e seus anexos

PROCESSO: SEI-180002/001248/2024.

Observação: O edital se encontrará disponível no endereço eletrônico: www.funarj.rj.gov.br, e na sala da Comissão de Contratação, localizada na Rua da Alfândega, 91, 5º andar - Centro, Rio de Janeiro - RJ, a partir do dia 15/09/2025, até 15h00, mediante a permuta por 01 (uma) resma de papel reprográfico, formato A4, 75g/m², medindo 210 mm x 297 mm e da apresentação do carimbo contendo o CNPJ da empresa.

CORREIO VALE PARAÍBA

Geraldo Gonçalves/PMVR



Choveu cerca de 26,6 mm com ventos até 40km/h

Após chuva, prefeitura inicia trabalho de manutenção

Volta Redonda realizou ações de prevenção e manutenção da cidade na manhã desta quarta-feira (17), após os impactos provocados pela forte chuva – acompanhada de rajadas de vento e queda de granizo em alguns pontos – que atingiu o município durante a noi-

te de terça-feira (16). De acordo com a Defesa Civil municipal, entre 16h e 18h, choveu cerca de 26,6 mm, com ventos de até 40km/h, e o Rio Paraíba do Sul está 67cm acima do nível normal. Até o momento desta publicação, não houve registro de vítimas.

Quedas e alagamentos

No total foram registradas 24 ocorrências, sendo 14 quedas de árvores, uma de muro e outra de grade, além de quatro pontos de alagamento e quatro registros de destelhamentos, sendo o local mais

afetado um Ciep (Centro Integrado de Educação Pública) no bairro Volta Grande. Por conta da queda de energia elétrica, o serviço ainda está sendo estabelecido pela concessionária Light.

Orientações da Defesa Civil

Em caso de chuvas, a Defesa Civil fez orientações como evitar qualquer tipo de capina, escavações ou construções irregulares; lixo; não criar obstrução em bueiros e ralos para

ajudar no escoamento. Em caso de emergência, a população pode acionar a Defesa Civil pelo telefone 199 ou receber alertas via SMS pelo 40199 (basta informar o CEP).

Gabriel Borges/PMVR



Ventos na cidade chegaram a cerca de 60 km/h

‘Chuvão’ danificou sistema de abastecimento em B. Mansa

As fortes chuvas acompanhadas de ventania que atingiram Barra Mansa no final da tarde de terça-feira (16), danificaram o sistema de abastecimento de água no distrito de Floriano. Um reservatório com capacidade para armazenar 50 mil litros de água tombou devido à intensidade dos ventos que, segundo o Inmet

(Instituto Nacional de Meteorologia), ultrapassaram 60 km/h. Na manhã desta quarta-feira (17), equipes do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (Saae-BM) iniciaram os trabalhos emergenciais para restabelecer o abastecimento. De acordo com a autarquia, a solução imediata foi realizar uma ligação direta na rede.

Fornecimento temporário

“Essa alternativa garante o fornecimento temporário, mas não pode ser mantida por muito tempo por conta da pressão da água. A medida definitiva será a transferência do reservatório que atualmente atende a Vila dos Remédios para a área central do distrito de Flo-

riano. A operação está programada para esta sexta-feira (19). Com isso, a Vila dos Remédios voltará a receber abastecimento por ligação direta, modelo utilizado até março deste ano”, disse o diretor executivo do SAAE-BM, José Geraldo Santos, mais conhecido como Zeca.

Sete ocorrências na cidade

O diretor executivo reforçou que os moradores da Vila dos Remédios não serão prejudicados, uma vez que a bomba existente na região supre as necessidades da população. “Além disso, nós já estamos providenciando um novo reservatório para ser instalado no bairro em

breve”, finalizou Zeca. A Defesa Civil de Barra Mansa registrou outras sete ocorrências: seis quedas de árvores no Goiabal, Santa Clara, Jardim Ponte Alta e Getúlio Vargas; e um destelhamento na região central da cidade. O volume de chuva acumulado foi de 32,8 mm.

Estacionamento do Park Sul provoca reclamações

Valores são considerados ‘salgados’ e incompatíveis com sua qualidade

Por Lanna Silveira

O estacionamento do Shopping Park Sul, em Volta Redonda, é alvo de reclamações de frequentadores devido aos preços de tarifa de estacionamento. Apresentando uma média de mais de R\$ 10 acima dos preços mínimos de outros rotativos da cidade, usuários que visitam o shopping com frequência lamentam o prejuízo causado pela tarifa e acreditam que esse valor não reflete a qualidade do serviço oferecido pelo espaço.

O local cobra as seguintes tarifas: R\$ 16, de segunda à sexta-feira; R\$ 19, nos sábados, domingos e feriados; e R\$ 50 reais para estadias “pernoite”, em qualquer dia da semana. A tolerância de isenção é de 10 minutos. Em contraste, rotativos com estrutura semelhante à área aberta do Park Sul, cobram um valor médio de R\$ 5 por hora. Para a estudante Maria Eduarda Motta, os preços cobrados pelo estacionamento do shopping são um “abuso”, reforçando que aumentos no valor da tarifa são recorrentes e que o consumidor não tem outra opção de local para estacionar, devido ao Park Sul ser localizado em uma rodovia.

A estudante conta, em um relato de um caso que ocorreu antes da instalação do estacionamento subterrâneo, que o shopping não possuía estrutura para receber o alto número de visitantes; especialmente nos fins de semana e feriados. Ao visitar o shopping em um feriado em maio deste ano, Maria Eduarda circulou pelo estacionamento por mais de 20 minutos em busca de uma vaga, até que uma funcionária indicou que ela se dirigisse aos fundos do shopping.

Outros relatos de usuários do shopping confirmam que essa era uma prática comumente usada pelo estabelecimento para tentar acomodar o número excedente de carros, ressaltando que a parte de trás do shopping não oferecia uma estrutura própria para estacionamento.

Ao chegar no local indicado, uma segunda funcionária alertou Maria Eduarda de que ali já não havia mais vagas disponíveis. Após andar por mais tempo, um funcionário autori-



Alex Ferro

Preços estão acima da média em comparação a outros estacionamentos da cidade

zou que ela estacionasse o carro em cima da calçada, ainda nos fundos do shopping. A estudante explica que todos que estacionaram na parte de trás só conseguiam entrar no shopping por meio de uma área restrita a funcionários. Na época, a tarifa mínima custava R\$ 17, sendo apenas dois reais mais barata que o valor atual.

Estacionamento subterrâneo

Com a inauguração do estacionamento subterrâneo, 386 vagas foram adicionadas ao shopping, totalizando 1.446 vagas junto à área aberta. Em dias de alto movimento, o local já chegou a registrar uma média de mais de 25 mil visitantes em um só dia, o que sinaliza uma média de dois mil visitantes por hora em circulação no shopping.

Outra alternativa utilizada pelo Park Sul para desafogar engarrafamentos dentro do estacionamento e oferecer mais vagas era autorizar os visitantes a pararem dentro da área que, geralmente, é destinada a instalação de atrações como shows e parques. O espaço, que também não oferece uma estrutura própria para estacionamento, também causa transtornos aos clientes: segundo relatos, além de ser muito distante do shopping, o terreno é feito de barro, o que dificultava o deslocamento até às lojas em dias de chuva devido ao acúmulo de poças e lama.

Maria Eduarda reforça que, além de comprometer ativi-

dades de lazer, muitas pessoas precisam ir ao shopping para usar serviços de burocracia – em locais como o Detran e a Polícia Federal, que estão instalados no Park Sul – e precisam pagar as tarifas altas de estacionamento. Ela finaliza dizendo que, hoje, prefere ir ao shopping utilizando serviços como Uber, que acabam saindo mais em conta do que pagar a tarifa.

Transporte alternativo

Letícia Oliveira, que é moradora de Barra Mansa, costuma frequentar o Park Sul ao menos cinco vezes por mês, realizando programas que exigem uma estadia de, ao menos, três horas. Ela declara gastar cerca de R\$ 100 mensalmente somente com a taxa de estacionamento, sem contar ainda com gastos de deslocamento e com estabelecimentos do shopping. Letícia acredita que o preço não se justifica, já que boa parte da área não é coberta – e a parte subterrânea foi inaugurada apenas recentemente -, não é oferecido seguro ao veículo e muitas vagas estão muito distantes das lojas.

Assim como Maria Eduarda, o estudante Carlos Roblysson também opta por ir até o Park Sul de Uber, devido ao preço e ao transtorno de circular na área em horários de pico. Sobre a qualidade do serviço de estacionamento, ele aponta a falta de garantia de qualquer tipo de segurança ao veículo, apesar do valor elevado. Vale lembrar que, no último ano, um visitante

sofreu uma tentativa de assalto à mão armada dentro das dependências do shopping, que chegou a resultar na perda da chave de seu veículo. Apesar de todo estabelecimento que oferece serviço de estacionamento ser responsável pela reparação de eventuais furtos ou danos causados a veículos, segundo a Súmula do Superior Tribunal Federal de nº 130, não houve nenhuma manifestação da equipe do Park Sul sobre qualquer apoio prestado às vítimas.

Além disso, os locais abertos de estacionamento – contando com as vagas convencionais e, especialmente, os espaços alternativos usados quando há superlotação -, carecem de monitoramento de segurança. O novo estacionamento subterrâneo também não possui grande movimentação de agentes fiscalizadores ou câmeras de segurança.

Esclarecimentos

O Correio Sul Fluminense entrou em contato com a equipe do Shopping Park Sul para perguntar o que justifica o valor cobrado nas tarifas de estacionamento, questionando ainda quais investimentos são feitos a partir dos valores recebidos pelo Shopping com a taxação e se haverá uma diminuição do valor da tarifa da área aberta, com a inauguração de um espaço subterrâneo. Não houve retorno até o fechamento desta reportagem. O espaço continua aberto para manifestação do shopping.

Ministério da Saúde avalia trabalho de prevenção a sífilis e HIV em VR

Cris Oliveira/PMVR



Técnicos estiveram no município para avaliar ações

Uma equipe técnica do Ministério da Saúde esteve nesta semana em Volta Redonda para avaliar as ações de saúde com o objetivo de evitar a transmissão vertical de HIV e sífilis, quando a mãe passa a doença para seu filho durante a gestação, parto ou amamentação. O município, por meio da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), é candidato a receber o Selo de Boas Práticas Rumo à Eliminação da Transmissão Vertical de HIV e sífilis. A avaliação aconteceu entre segunda (15) e esta quarta-feira (17), e o resultado sai em cerca de 30 dias.

A secretária de Saúde de Volta Redonda, Márcia Cury, explicou que Selo de Boas Práticas é dividido em três níveis – Ouro, Prata e Bronze –, e Volta Redonda alcançou o selo Prata em 2025, já na primeira tentativa.

- Para isso, o trabalho feito pela SMS com as gestantes e

rio da Saúde.

O processo de certificação é um momento oportuno de avaliação da assistência prestada aos pacientes a fim de evitar a transmissão vertical pelo HIV e sífilis. “A SMS buscar a certificação é um fator preponderante para a qualidade no pré-natal no que se refere ao binômio

mãe e filho, na garantia da assistência integral à saúde”, disse a coordenadora da Vigilância em Saúde, Milene Paula de Souza.

Visita

Durante a visita técnica, a equipe do Secretaria Municipal de Saúde fez uma apresentação para os profissionais do ministério sobre o panorama epidemiológico no município; o fornecimento e organização da rede de saúde; e as ações e serviços voltados para prevenção de Transmissão Vertical, os principais avanços e desafios.

Entre outras atividades, o grupo visitou unidades da Atenção Primária para conversar com profissionais envolvidos na atenção ao pré-natal e às crianças, e avaliar prontuários de gestantes e puérperas; esteve na Maternidade do Hospital São João Batista (HSJB); e também no CDI (Centro de Doenças Infecciosas.

Programa de cuidados paliativos não engrena no SUS

Das 1.321 que deveriam prestar o serviço, só 14 os realizam, algo em torno de 1%

Um ano e quatro meses após a criação da Política Nacional de Cuidados Paliativos (PNCP), o Brasil conta com apenas 1% das equipes habilitadas para atendimento no SUS (Sistema Único de Saúde). No dia 1º deste mês, o Ministério da Saúde publicou a relação das primeiras 14 equipes das 1.321 que deveriam prestar o serviço na rede pública.

Os cuidados paliativos são uma abordagem de saúde para melhorar a qualidade de vida de pacientes que enfrentam doenças crônicas ameaçadoras da vida ou em estado terminal, bem como aliviar o sofrimento de seus familiares.

A política conta com orçamento de R\$ 887 milhões anuais, com repasse de recursos federais a estados e municípios, segundo o Ministério da Saúde.

O programa foi instaurado em 7 de maio de 2024 com o objetivo de dar acesso a usuários do SUS aos cuidados paliativos e melhorar os serviços já existentes na rede pública.

Quando anunciou a medida, o governo afirmou que o montante seria usado para formar 1.321 equipes multidisciplinares, divididas em 836 assistenciais e 485 matriciais.

Enquanto as equipes matriciais atuariam na formação de equipes de saúde e no apoio técnico via telessaúde, as assistenciais apoiariam os pacientes em hospitais, na atenção domiciliar e na atenção primária.

As equipes matriciais são destinadas a atender a toda uma macrorregião, e a previsão é que haja uma a cada 500 mil habitantes. Elas são habilitadas pelos estados. No caso das assistenciais, deve haver uma a cada 400 leitos do SUS, e a habilitação cabe aos municípios.



A equipe do Hospital do Servidor faz visita em leitos de doentes terminais

Conforme portaria publicada no Diário Oficial da União, as primeiras equipes habilitadas são em sua maioria no sul do país. Pelotas (RS) recebeu aprovação para duas equipes matriciais, enquanto Curitiba terá dez assistenciais, e Blumenau (SC), uma. Araguaína (TO) também contará com uma equipe assistencial. Apesar de estarem relacionadas, as equipes matriciais e assistenciais podem atuar de forma independente enquanto aguardam as demais habilitações.

Julieta Fripp, da equipe matricial de Pelotas e diretora da Frente Paliativista, diz que a espera, agora, é pelo repasse financeiro. “Estávamos havia meses nessa espera e, depois dessa resolução, acreditamos que esse recurso pode chegar já em setembro, para o trabalho começar. A expectativa é que, já em meados do mês, essas primeiras equipes comecem a atuar no SUS”, afirma.

No país, a defesa dos cuidados paliativos se intensificou em 2024, dez anos após a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomendar que fossem incorporados aos sistemas de saúde nacionais.

A prática paliativa visa não prolongar o sofrimento, através de intervenções mínimas e uso de opioides para manejo da dor. A abordagem é multidisciplinar, integrando as dimensões física, psicoemocional, social e espiritual.

Em janeiro de 2025, foi inaugurado em Salvador o Hospital Estadual Mont Serrat, o primeiro da rede pública dedicado apenas aos cuidados paliativos. Com 70 leitos clínicos de enfermaria, sendo 7 pediátricos e 63 para adultos, o hospital não tem Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Procedimentos invasivos como intubação, diálise e reanimação estão descartados.

A permanência média dos pacientes é de oito dias. Cerca de 35% dos

internos recebem alta, permitindo que a morte ocorra em seu tempo natural, sem recorrer a tratamentos que prolongam o processo de morrer, como explica a paliativista Sílvia Soares. No vocabulário médico, essa prática é chamada de ortotanásia.

Para Soares, que atua também no sistema suplementar, um hospital público preocupado com a morte evidencia a aceitação do tema entre diferentes grupos da população.

“Pessoas de menor condição social estão mais acostumadas com a morte. Faz parte da vida, está presente. Já no sistema privado, quanto mais recursos a pessoa tem, mais ela tende a imaginar que pode comprar tudo, inclusive a saúde. Mas também tem mudado. Tenho visto as pessoas valorizando mais a ideia de morrer com dignidade.”

Por Sofia Herrero (Folhapress)

Os vereadores da Câmara do Rio criam e aprovam leis que melhoram todo o sistema de saúde da cidade. Com a **doação de R\$ 50 milhões para a Prefeitura, a Zona Oeste vai contar com mais um Super Centro Carioca de Saúde**, desta vez, em Campo Grande.

SE FAZ BEM PRA SAÚDE, A CÂMARA APROVA.

Saiba mais em **camara.rio**

Acompanhe as sessões em **tv.camara.rio**

tvcamarario

@camarario

@camarario

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO